

CADERNOS



IMPLICADOS PELAS CRISES DO TEMPO PRESENTE: PESQUISA E AÇÃO SOBRE MEMÓRIA EM MOMENTOS DE INFLEXÃO POLÍTICA

Mariele Troiano
Pedro Henrique Vasques
Andrei Koerner
(organizadores)

n. 141

Abril de 2025



Centro de
Memória
Unicamp



UNICAMP
Programa de
Pós-graduação
Ciência Política



IMPLICADOS PELAS CRISES DO TEMPO PRESENTE:
pesquisa e ação sobre memória em
momentos de inflexão política

Mariele Troiano
Pedro Henrique Vasques
Andrei Koerner
(organizadores)

Cadernos Cedec nº 141

Abril de 2025

CONSELHO EDITORIAL DOS CADERNOS

André Botelho, Angélica Cuellar (UNAM, México), Cícero Araújo, Eucaris Olaya (UNAL, Colômbia), Germán Silva Garcia (ILAE, Colômbia), Iram G. Rodrigues, Miguel Chaia, Pedro Meira Monteiro (Princeton, EUA), Raquel Kritsch, Sebastião Velasco e Cruz, Tullo Vigevani

DIRETORIA

Diretor Presidente: Bernardo Ricupero

Diretora Vice-presidente: Carla Regina Mota Alonso Diéguez

Diretora tesoureira: Natalia Mello

Diretora secretária: Maria Rita Loureiro

Diretor de Publicações: Bruno Konder Comparato

COMITÊ EDITORIAL

Andrei Koerner

Pedro Henrique Vasques

Raissa Wihby Ventura

William Torres Laureano da Rosa

Cadernos CEDEC / Centro de Estudos de Cultura Contemporânea. – n. 1,
(1983)– . – São Paulo: CEDEC, 1983–

Irregular, 1983 (1)–2017 (122); quadrimestral, 2017 (123-)

ISSN 0101-7780 (impresso)

A partir do n.123 somente online (impressão apenas sob demanda).

I. Centro de Estudos de Cultura Contemporânea.

CADERNOS CEDEC – NOVA SÉRIE

Cadernos Cedec é publicação seriada, de periodicidade trimestral, que tem o objetivo de divulgar resultados de estudos e pesquisas sobre temas diversos de interesse do Cedec, realizados por seus associados, por pesquisadores convidados e pela comunidade acadêmica.

Iniciada, em 1983, a publicação dos *Cadernos* chegou a 121 números, em 2016. A partir de 2017, os *Cadernos Cedec* iniciam Nova Série, com redefinição de seus objetivos, modelo e forma para adequar a divulgação do conhecimento às condições atuais das mídias digitais.

Trata-se da publicação de trabalhos com escopo e extensão mais amplos que artigos de periódicos científicos. A ênfase se refere à apresentação detalhada de problemas e objetivos de pesquisas, sua formulação teórico-metodológica, dados levantados e análises ampliadas dos resultados alcançados. Os *Cadernos* também incluem dossiês temáticos e a memória de seminários e debates sobre temas da atualidade e de outros eventos realizados pelo Cedec e/ou por instituições parceiras.

O Conselho Editorial passa a integrar novos membros, brasileiros e estrangeiros. Com isso, será possível assegurar a pluralidade de temáticas e de perspectivas teóricas e metodológicas, mantendo a diretriz institucional que privilegia a qualidade da pesquisa em temas prioritários.

Os *Cadernos Cedec* passam a ser publicados exclusivamente em mídia digital. Sua identidade visual e projeto gráfico foram remodelados e as publicações serão inseridas em plataforma de editoração eletrônica (SEER) para facilitar o acesso aos leitores e sua indexação em bases de dados.

Os *Cadernos Cedec* adotam as mesmas normas de publicação que a Revista Lua Nova (<http://www.cedec.org.br/luanova/artigos/>), mas com extensão de 35 a 80 páginas ou de 75 a 175 mil caracteres.

Dado o seu caráter institucional, os *Cadernos Cedec* recebem apenas propostas de publicação apresentadas por integrantes de seu Conselho Editorial e de seus associados.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	5
Mariele Troiano, Pedro Henrique Vasques e Andrei Koerner	
NÚCLEO DE PESQUISA SOBRE POLÍTICAS DE MEMÓRIA: UMA TRINCHEIRA (ACADÊMICA) CONTRA O ESQUECIMENTO E O NEGACIONISMO	13
Carlos Artur Gallo	
UM SONHO ADIADO? OS DESAFIOS PARA A INSTALAÇÃO DO MUSEU DA DEMOCRACIA EM CURITIBA	25
Instituto Defesa da Classe Trabalhadora e Kelen Vanzin	
O ACERVO DIGITAL CEDEC-CEIPOC: OBJETO, OBJETIVOS E IMPACTOS	39
Celly Cook Inatomi, Pedro Henrique Vasques e Andrei Koerner	
DEMOCRACIA E TRABALHO NO BRASIL EM TEMPOS NEOLIBERAIS	53
Lígia Barros de Freitas, Karen Artur e Jean Filipe Ramos	

APRESENTAÇÃO

Mariele Troiano⁰¹

Pedro Henrique Vasques⁰²

Andrei Koerner⁰³

Este número dos Cadernos Cedec traz artigos sobre projetos de pesquisa e intervenção no campo das políticas de memória, democracia e direitos humanos no Brasil. São eles: “Núcleo de Pesquisa sobre Políticas de Memória: uma trincheira (acadêmica) contra o esquecimento e o negacionismo”, de Carlos Artur Gallo; “Um sonho adiado? Os desafios para a instalação do Museu da Democracia em Curitiba”, de Kelen Vanzin; “O Acervo Digital Cedec-Ceipoc: objetivos, resultados e impactos”, de Celly Cook Inatomi, Pedro Henrique Vasques, Andrei Koerner e “Democracia e Trabalho no Brasil em tempos neoliberais”, de Lígia Barros de Freitas, Karen Artur e Jean Filipe Ramos.

Os três primeiros são desdobramentos das contribuições dos/as participantes da Mesa-Redonda “Implicados pelas crises do tempo presente: pesquisa e ação sobre memória em momentos de inflexão política”, que ocorreu durante o 48º Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação em Ciências Sociais (Anpocs), na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), em outubro de 2024. A mesa coordenada por Mariele Troiano, do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal Fluminense (UFF), teve como expositores: 1) Carlos Arthur Gallo, professor no Departamento de Sociologia e Política (DESP) e no Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL) e, ainda, coordenador do Núcleo de Pesquisa sobre Políticas de Memória (NUPPOME)⁰⁴; 2) Celly Cook Inatomi, professora e pesquisadora

01. Professora Adjunta na Universidade Federal Fluminense (UFF) na área de Ciência Política e pesquisadora associada do Cedec.

02. Pós-doutorando junto ao Depto. de Ciência Política-IFCH/Unicamp, pesquisador do Ceipoc-IFCH/Unicamp e pesquisador associado do Cedec.

03. Professor Associado do Depto. de Ciência Política-IFCH/Unicamp, coordenador do Ceipoc-IFCH/Unicamp e pesquisador associado do Cedec.

04. Acesse em: <https://wp.ufpel.edu.br/nuppome/apresentacao/>.

colaboradora do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da Unicamp e coordenadora-executiva do “Acervo Digital Cedec-Ceipoc” do Centro de Pesquisas sobre Cultura Contemporânea (Cedec) e do Centro de Estudos Internacionais e Política Contemporânea (Ceipoc)⁰⁵ e 3) Miriam Gonçalves, professora de Direito, advogada trabalhista e coordenadora do Museu da Democracia de Curitiba(PR)⁰⁶. O responsável pelo debate foi o professor Andrei Koerner (Departamento de Ciência Política do IFCH/Unicamp e Acervo Digital Cedec-Ceipoc).

O quarto trabalho refere-se à contribuição de Lúcia Barros de Freitas, da Universidade Estadual de Minas Gerais (UEMG), Karen Arthur, da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), e de Jean Filipe Ramos, também da UFJF, sobre o projeto “Regulação do Mercado de Trabalho”, apoiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (Fapemig). Essa pesquisa, que é parte do “Acervo Digital Cedec-Ceipoc”, centra suas atenções nas relações de trabalho do ponto de vista da afirmação dos direitos sociais desde a Constituinte de 1987-1988 e, igualmente, da sua desconstrução em curso desde a Reforma Trabalhista de 2017. Tal objeto explicita sua afinidade tanto com o tema da mesa-redonda, como com as atividades de intervenção e pesquisa do Instituto Declatra e o “Museu da Democracia”. Em conjunto, essa e as demais publicações documentam as contribuições dos respectivos projetos de pesquisa, tendo por característica comum destacar a relevância da memória e da resistência democrática na atualidade.

No caso da mesa-redonda, ela proporcionou um espaço de encontro e intercâmbio intelectual, onde foram compartilhadas experiências de pesquisas e de ação que contribuem para dar complexidade à compreensão sobre as implicações da situação crítica do presente.

A sua proposta tomou como ponto de partida a constatação da conjugação de múltiplas crises econômicas, sociais, ambientais e/ou políticas que perpassaram a política e a sociedade brasileira na última década, propondo-se a colocar em diálogo formas diversas de análise no campo da memória e, ainda, relacionar pesquisas sobre a situação atual da democracia e as tecnologias digitais. Apesar de ter algumas particularidades, tal cenário encontra consonância com dinâmicas em outros países e no plano internacional. Enquanto no Brasil se convencionou, em geral, situar a emergência dessa conjuntura crítica a partir dos protestos de junho de 2013, em outros países a identificação se deu com

05. Acesse em: <https://acervodigital.cedec.org.br/>.

06. Acesse em: <https://ideclatra.com.br/>.

a crise financeira de 2007-2008, pelos ciclos de ações coletivas conhecidos como “Primavera Árabe” ou com a emergência de governos populistas na Europa Central e Oriental, no início da segunda década do século XXI. Diante de tal reflexão é possível afirmar que a situação atual parece ser distinta daquela do início dos anos 2000, em especial nos países democráticos.

As inovações das tecnologias digitais deram novo impulso às mudanças na organização do trabalho e nas formas de vida provocadas pelo neoliberalismo desde os anos 1980. No espaço público, cidadãos e cidadãs se informam de maneiras diversas, procurando alternativas às identidades políticas estabelecidas. Os inúmeros atores políticos e sociais (e.g., movimentos, lideranças e partidos) passaram a incorporar em seus repertórios o uso intenso das tecnologias digitais, que são mobilizadas de modo a disseminar agendas, ativar suas bases, articular ações, resultando em dispersão das modalidades de comunicação política. Essas novas formas, fluídas, ágeis e descentralizadas, possuem estratégias, lógicas e formas de ação inovadoras, que escapam aos esquemas de regulação existentes (Vasques e Baptista, 2025). Nesse quadro, articulações políticas antissistema que promovem pautas identitárias, nacionalistas e/ou de extrema-direita têm se fortalecido, tornando-se incontornáveis. De modo aparentemente paradoxal, as críticas às instituições associam-se ao acirramento das disputas sobre decisões governamentais, debates parlamentares e processos judiciais. É assim que, diante da alta polarização, demandas populares progressistas enfrentam forças conservadoras em diferentes arenas (Mendonça e Rodrigues, 2022). Ambas se articulam e agem num ambiente híbrido, constituído a partir do entrelaçamento de interações nos espaços físicos e virtuais, assumindo formas mais ou menos institucionalizadas que agem de modo tático para perseguir seus objetivos (Koerner e Vasques, 2024b).

O processo político institucional passou a ser percebido como um meio limitado para gerar decisões válidas e consensos amplos. Observa-se a saturação das suas formas pela multiplicação de estratégias de enfrentamentos e cristalização das forças políticas em posições fixas. Ou seja, a premissa da “soma-zero” passou a servir para táticas de batalha que são concebidas como se a próxima jogada da disputa política fosse a derradeira. E essa tem sido a base de um terreno fértil para a reflexão e o debate crítico. Diagnósticos que abarcam desde a ruptura e decadência dos regimes democráticos até a emergência de novos atores políticos com lógicas e formas de ação distintas, além das questões

colocadas pelo avanço digital (Nobre, 2022), vêm sendo formulados. Para alguns, este período parece marcar o fim de uma era e o ingresso em um ciclo político global que difere do anterior ao ser caracterizado por tendências autoritárias. Contudo, e à medida que o tempo avança, testemunha-se uma diversidade de processos, dinâmicas e desfechos nos diferentes países. Alguns líderes populistas mantêm-se no poder, enquanto outros são derrotados; movimentos antissistema enfraquecem ou se mantêm ativos; regimes políticos experimentam mudanças substanciais ou resistem à transformação. Estes eventos explicitam a mutabilidade das situações críticas contemporâneas à medida em que elas são experienciadas. Persiste, portanto, um sentimento generalizado de incerteza e instabilidade em relação ao tempo presente, muitas vezes dificultando a estruturação de horizontes de expectativas em relação ao futuro (Koerner, Troiano e Freitas, 2024).

Diante de um presente que se estende de modo crítico e com desdobramentos incertos, a proposta da mesa-redonda que inspirou esta edição dos Cadernos Cedec foi formulada a partir de uma dupla constatação. A primeira delas é que a instabilidade política e as incertezas quanto à continuidade da democracia, associadas às múltiplas crises experimentadas na atualidade, configuram uma situação de média a longa duração que tem implicações para as formas de pesquisa e reflexão intelectual sobre a política e a sociedade brasileira. A segunda é que as tecnologias digitais proporcionam instrumentos e abrem espaços para promover outras articulações entre pesquisa acadêmica, formação e difusão, inclusive experimentações dessas tecnologias para a produção de conhecimento (Koerner e Vasques, 2024). Assim, o escopo central da proposta foi localizado na interseção entre as incertezas da situação atual e as possibilidades de uso crítico das tecnologias digitais. Sob esse prisma, o digital opera como um objeto de estudo, como influência profunda nas técnicas e fontes de pesquisa e, ainda, como recurso para a difusão de informações e intervenção no debate público. Nesse quadro, torna-se imperativo fomentar discussões abrangentes e multifacetadas a respeito dos desafios que envolvem o pensamento sobre democracia, Constituição e sociedade em suas relações com as tecnologias digitais.

Os grupos e instituições indicados para compor a mesa-redonda têm buscado registrar e preservar, em meio digital, experiências individuais e coletivas do cotidiano que se coadunam na interpretação da realidade atual. Com a ocasião de sua reunião, eles compuseram um mosaico que

se destacou não só pela interdisciplinaridade acadêmica (Ciência Política, Sociologia e Direito), como também pela pluralidade de temas (Constituição, democracia, experiências de vida, memórias da ditadura e justiça de transição), de suportes (acervos digitais, repositório, instituição física) e de metodologias (histórias de vida, experiências de pesquisa, documentos e imagens).

O objetivo da atividade, desse modo, foi que essa heterogeneidade se traduzisse em um diálogo crítico sobre essas questões, assim como dos resultados, efeitos e obstáculos de tais abordagens. Ademais, buscou-se, ainda, explorar as potencialidades e os desdobramentos dos trabalhos desenvolvidos nos respectivos grupos de pesquisa aos quais os/as participantes estavam associados e ensaiar as possibilidades de combinação e/ou conjugação de abordagens distintas. Ao incluir pesquisadores que refletem sobre teoria, pesquisa e novas tecnologias, a mesa-redonda visou promover uma interdisciplinaridade fundamental para a compreensão mais ampla e aprofundada dos temas em discussão e introduzir novos elementos para o debate acerca dos significados de democracias, suas crises e da sua relação com o digital.

E esse intuito também está refletido nesta edição dos Cadernos Cedec, ao aglutinar pesquisadores/as que trabalham sobre a memória sob diferentes ângulos, que exploram as relações entre tecnologias digitais e experiência intelectual, pessoal, política e que buscam novas abordagens e enfoques. Os textos registram possibilidades de combinação e/ou conjugação das distintas abordagens. E, assim como a proposta da mesa-redonda, os textos deste número formulam novas questões ou buscam perspectivas, objetos, referências teórico-metodológicas, de modo a esclarecer, provocar, suscitar diagnósticos, explicações, reflexões críticas sobre o presente.

Os artigos desta publicação descrevem o perfil, propósito e formas de implementação dos projetos. Eles tratam da memória de violações da ditadura militar, das lutas e eventos pela democratização e as implicações da situação política crítica que experimentada no país na última década. Ainda, esses textos trabalham momentos históricos sucessivos e eventos/situações que têm significados políticos distintos – e mesmo opostos – do ponto de vista da democracia. Eles possuem pontos compartilhados e são complementares sob muitos aspectos. Em comum, é expresso o engajamento com a democracia e os direitos humanos numa concepção social ampla de sua prática e experiência. Os textos valorizam a memória, a história, as trajetórias de sujeitos na construção

de vínculos que dão sustentação às instituições e aos governos democráticos. Portanto, têm como base pesquisas que não se fazem desvinculadas da intervenção política, mas, pelo contrário, estão entrelaçadas a isso desde a formulação dos problemas de pesquisa até as formas de divulgação, passando pelos modos variados de produção do conhecimento. Rigor não deve ser entendido como sinônimo de insulamento, esoterismo, indiferença com o público, pois o conhecimento que assim se faz é pensado para ser comunicado, transformado, replicado de inúmeras maneiras pelos sujeitos que a ele tenham acesso. Com desenhos distintos, os projetos aqui apresentados valorizam o uso crítico de tecnologias digitais, apropriando-se delas e aproveitando-as no que permitem fortalecer a consciência política e o engajamento de cidadãos e cidadãs.

Entre si, porém, eles apresentam diferenças, a começar pela sua escala. O “Museu da Democracia” é um projeto amplo, de longa duração, contando com recursos de fontes variadas e composto por especialistas de formações distintas, com uma equipe mais numerosa. Já o NUPPOME e o “Acervo Digital” são pesquisas acadêmicas, financiadas por agências públicas de fomento e contam com a participação de pesquisadores/as, sobretudo, de Ciências Sociais.

O “Museu da Democracia” é um projeto de intervenção urbana no centro da cidade de Curitiba, onde ocorreram eventos importantes relacionados à ditadura militar no Brasil e à luta pela democratização, bem como a ofensiva contra a democracia da última década. O seu edifício, localização, design e outros elementos conferem forte caráter simbólico ao projeto, que será um marco tanto na identidade da cidade quanto no país. Ele pretende provocar esse efeito também por se constituir em um espaço aberto que visa se integrar à circulação local. O projeto adota uma concepção museográfica voltada a proporcionar às pessoas visitantes a experiência dos eventos que lhes são apresentados na forma de textos, sons e imagens. Ao trabalhar desse modo com as lutas pela democratização do ponto de vista de atores e suas experiências, propiciará não só o conhecimento e memória dos eventos constituintes da democracia brasileira desde os anos 1980, mas também a percepção e a vivência de que a construção de uma sociedade mais justa é possível e factível pela nossa ação coletiva (Vanzin, 2025).

Por sua vez, o NUPPOME produz arquivos e análises em torno de um tema definido, o que lhe dá o caráter de uma pesquisa que se constrói, aprofunda e consolida ao longo do tempo. Ele tem localização clara e tece parcerias e outros vínculos com congêneres no Brasil e no exterior, de modo a

ampliar sua capacidade de vocalizar as demandas para a responsabilização pelas violações da ditadura militar, as reparações e a verdade. Sua estratégia de comunicação e intervenção tem diversas formas e suportes, de modo a alcançar públicos diversificados, tanto no perfil social quanto em termos de espaços e regiões do Brasil e países estrangeiros (Gallo, 2025). Já o “Acervo Digital” parte de uma questão aberta – os efeitos da situação crítica atual para o modo de trabalho de pesquisadores/as – mas com um modo de implementação delimitado: a realização de entrevistas e a produção de produtos específicos a partir delas, como textos e vídeos, bem como materiais de apoio. Ao abordar a trajetória das pessoas entrevistadas, trata de temas de interesse dos dois outros projetos, quais sejam: a repressão política e a construção da democracia. Suas formas de intervenção pública são também mais delimitadas, na medida em que promove a divulgação do seu endereço eletrônico e a participação em eventos públicos, principalmente acadêmicos (Inatomi, Vasques e Koerner, 2025).

O Projeto “Regulação do Mercado de Trabalho” também faz parte do “Acervo Digital Cedec-Ceipoc”. Por meio de entrevistas e dos materiais produzidos a partir delas, busca estimular a realização de análises críticas sobre os acontecimentos políticos dos últimos anos, particularmente após o impeachment da presidenta Dilma Rousseff, suas implicações para o Direito do Trabalho e, mais amplamente, para a democracia constitucional. Na mesma linha do “Acervo Digital”, a iniciativa visa, ainda, compreender de que maneira esses eventos impactaram as pesquisas acadêmicas, que passaram a enfrentar a erosão de referenciais teóricos até então estáveis, contribuindo para a emergência de abordagens e diagnósticos alternativos.

Por fim, e de maneira geral, os textos desta edição envolvem pesquisas interdisciplinares, difusão de conhecimento e o uso de tecnologias digitais. De maneiras distintas, mas convergentes, eles contribuem para o conhecimento e formação para a cidadania e contra a disseminação de *fake news*, discursos de ódio, violência e intolerância promovidos por neoconservadores e a extrema-direita. Ao documentar as intervenções apresentadas no último encontro da Anpocs e incluir um artigo sobre o Projeto “Regulação do Mercado Trabalho”, este número traz para um público mais amplo algumas das possibilidades de atuação no campo da memória, da reflexão e da ação política. São iniciativas que proporcionam apoios informados ao compromisso com a defesa da democracia constitucional no Brasil.

Referências bibliográficas

- GALLO, C. A.. Núcleo de Pesquisa sobre Políticas de Memória: uma trincheira (acadêmica) contra o esquecimento e o negacionismo. *Cadernos Cedec*, n. 141, 2025.
- IANOTOMI, C. C.; VASQUES, P. H.; KOERNER, A. O Acervo Digital Cedec-Ceipoc: objetivos, resultados e impactos. *Cadernos Cedec*, n. 141, 2025.
- KOERNER, A.; TROIANO, M.; FREITAS, L. B. de. A Democracia Constitucional em questão: política, direito e história no tempo presente. *Revista Tempo e Argumento*, v. 16, n. 41, p. e0104, 2024. DOI: [10.5965/2175180316412024e0104](https://doi.org/10.5965/2175180316412024e0104). Disponível em: <https://revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180316412024e0104>.
- KOERNER, A.; VASQUES, P. H. (orgs.). Dossiê: Da crise política à crítica da atualidade: democracia e Constituição no tempo presente. *Lua Nova*, n. 123, 2024a. Disponível em: <https://www.cedec.org.br/da-crise-politica-a-critica-da-atualidade-edicao-123/>
- KOERNER, A.; VASQUES, P. H. Da Crise Política À Crítica Da Atualidade: a democracia constitucional no tempo presente. *Lua Nova*, n. 123, p. e123017ak, 2024b. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ln/a/PpkwV75Hm7R63ggVgxLws5G/?lang=pt>
- MENDONÇA, R. F.; DOMINGUES, L. B. Protestos contemporâneos e a crise da democracia. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 37, p. e246424, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcpol/a/fh7HVMWfMVgz95W5tDGmtHk/>
- NOBRE, M. *Limites da democracia: de junho de 2013 ao governo Bolsonaro*. São Paulo: Todavia, 2022.
- VANZIN, K. Um sonho adiado? Os desafios para a instalação do Museu da Democracia em Curitiba. *Cadernos Cedec*, n. 141, 2025.
- VASQUES, P. H.; OLIVEIRA, L. B. de. Dossiê (Des)regulações do digital na Democracia constitucional. *Revista Mediações*, no prelo.

NÚCLEO DE PESQUISA SOBRE POLÍTICAS DE MEMÓRIA: uma trincheira (acadêmica) contra o esquecimento e o negacionismo

Carlos Artur Gallo⁰¹

O objetivo central deste texto é traçar um panorama contextualizando a trajetória do Núcleo de Pesquisa sobre Políticas de Memória (NUPPOME), da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), instituição de ensino superior localizada no extremo sul do país, próxima da fronteira com o Uruguai. Em linhas gerais, ele foi criado para desenvolver pesquisas sobre as diferentes medidas que foram e continuam sendo implementadas por países que passaram por ditaduras e/ou por conflitos políticos de larga escala para reparar as vítimas, esclarecer os fatos relacionados às violações aos direitos humanos praticadas, punir as/os responsáveis por tais crimes e estabelecer as bases da não repetição.

O NUPPOME foi, de fato, criado em 2018, como um desdobramento dos primeiros projetos de pesquisa que registrei após a minha chegada como professor efetivo à UFPEL, onde atuo como docente no Departamento de Sociologia e Política (DESP) e, ainda, no Programa de Pós-Graduação de Ciência Política (PPGCPOL). Trata-se, portanto, de um Núcleo de Pesquisa ainda jovem, visto que ainda não possui nem uma década de existência. Apesar disso, ele tem realizado muitas atividades voltadas à pesquisa, ao ensino e à extensão ao longo dos anos. Articulando redes que envolvem estudantes da iniciação científica ao doutorado, e, pós-doutorandos e professores

01. Doutor em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), com Estágio Doutoral realizado na Universidad Complutense de Madrid (UCM, Espanha). Professor do Departamento de Sociologia e Política (DESP) e do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política (PPGCPOL) da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL). Coordenador do Núcleo de Pesquisa sobre Políticas de Memória (NUPPOME). Bolsista de produtividade do CNPq. Contato: galloadv@gmail.com.

externos à UFPEL no Brasil e no exterior, o NUPPOME tem servido, desde a sua criação, como uma “trincheira” nas lutas travadas contra o esquecimento das violações praticadas por diferentes regimes de exceção ou conflitos políticos em larga escala, assim como nas disputas pelo estabelecimento de mecanismos voltados à não repetição.

Considerando o que foi mencionado, este texto encontra-se organizado em quatro partes. Na primeira delas, detalho as origens do Núcleo, apresentando um panorama sobre as suas linhas de pesquisa, objetivos e integrantes. Na segunda seção, apresento os diferentes projetos de pesquisa e ensino, encerrados e vigentes, realizados no âmbito do NUPPOME desde a sua criação. Na terceira e última parte, também apresento um pouco da produção e das atividades elaboradas/organizadas a partir das articulações do Núcleo e seus/suas integrantes.

1. As origens, as pessoas e as redes do NUPPOME

O NUPPOME foi criado no segundo semestre de 2018. Por um lado, a sua criação pode ser entendida como um desdobramento dos primeiros projetos de pesquisa que registrei, assim que cheguei à UFPEL, ainda no primeiro semestre de 2017. Naquele momento, foram criados/coordenados por mim os projetos “Políticas de memória em perspectiva comparada: levantamento das principais medidas implementadas no Cone Sul, Espanha e Portugal” e “Políticas de direitos humanos no Brasil: um estudo sobre as políticas públicas nacionais implementadas pós-Conferência de Viena”. Sob outra perspectiva, ela pode ser relacionada a um aprofundamento das pesquisas que realizei desde o final da minha graduação em Ciências Sociais na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), em 2010, e durante meu mestrado (2010-2012) e doutorado (2012-2016) em Ciência Política na mesma Universidade. Inicialmente focadas exclusivamente no contexto brasileiro, com o passar do tempo, minhas análises foram sendo ampliadas com vistas à comparação com outros países, sendo o meu período de estudos realizado na Universidad Complutense de Madrid (UCM) – na Espanha, entre 2014 e 2015, com bolsa do PDSE-CAPES – decisivo no sentido de me aproximar com as pesquisas sobre fatos relacionados aos países ibéricos e os legados das ditaduras de Salazar e Franco.

O fato é que, ainda em 2017, com a obtenção de uma bolsa de iniciação científica da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul (PROBIC-FAPERGS), destinada à (à época) estudante do bacharelado em Ciências Sociais Isabela Rodrigues do Nascimento, e, Cadernos Cedec, n. 141, 2025

ao mesmo tempo, com a seleção do estudante da licenciatura Deivid Mendonça Cardoso como pesquisador voluntário, deu-se início à formação de pesquisadoras/es do Núcleo. Dois anos depois, através do PPGCPOL, teve início a preparação de recursos humanos no âmbito da pós-graduação, com o ingresso de dois estudantes do mestrado desenvolvendo pesquisas alinhadas aos objetivos e interesses do NUPPOME: Bruno Gazalle Cavichioli⁰², que atualmente está concluindo seu doutorado em Ciência Política e realizou uma pesquisa sobre as ditaduras salazarista e franquista, e Genaro da Silva Ribeiro⁰³, que defendeu uma dissertação sobre a transição à democracia no Paraguai. Em 2024, o NUPPOME recebeu sua primeira pós-doutoranda, a pesquisadora Maíra Pereira da Costa, atualmente professora substituta da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), mas contemplada com uma bolsa de Pós-Doutorado Júnior do CNPq (PDJ-CNPq) para realizar sua pesquisa pós-doutoral sob minha supervisão entre agosto de 2024 e julho de 2025.

Destaco aqui os marcos de início na formação de recursos humanos no âmbito do Núcleo em cada categoria uma vez que considero isso uma demonstração de como, em curto, médio e longo prazos, o trabalho que realizamos conjuntamente desde 2018 foi rendendo frutos. Desde a sua criação, passaram pelo NUPPOME aproximadamente 40 estudantes da graduação ao doutorado da UFPEL. Por elas/es, foram defendidos trabalhos de conclusão de curso nas Ciências Sociais e no Direito, dissertações e teses na Ciência Política e na Memória Social e Patrimônio Cultural.

No que se refere às/aos pesquisadoras/es vinculados à equipe do Núcleo, ela é composta, atualmente, por duas categorias de integrantes⁰⁴: pesquisadoras/es no Brasil e colaboradoras/es estrangeiras/os. No Brasil, integram o NUPPOME colegas da UFPEL, UFRGS, Universidade Federal do Pampa (UniPampa), Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), Universidade Estadual de Minas Gerais (UEMG), Universidade Federal Fluminense (UFF), Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) e Universidade Estadual do Piauí (UESPI). No exterior, temos colaboradoras/es no Chile (Universidad Alberto Hurtado – UAH), na Colômbia (Universidad de Antioquia – UDEA) e em Portugal (Instituto Universitário de Lisboa – ISCTE-IUL).

02. CAVICHIOLI, B. G. *A ascensão política de António de Oliveira Salazar (1928–1933): a instrumentalização do medo na gênese do Estado Novo em Portugal*. 2021. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2021.

03. RIBEIRO, G. da S. *Um beco sem saída? Transições e degradação democrática no Brasil e no Paraguai*. 2021. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Programa de Pós Graduação em Ciência Política, Instituto de Filosofia, Sociologia e Política, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2021.

04. A lista de integrantes do Núcleo está disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/nuppome/equipe/>.

É fato, igualmente, que a articulação que formou a equipe inicial do Núcleo, ainda em agosto de 2018, era muito menor do que sua composição atual, com aproximadamente 30 integrantes entre pesquisadoras/es e estudantes. Naquele momento, contudo, apesar de embrionário, o NUPPOME foi estruturado com as linhas de pesquisa que possui até hoje: “Políticas de memória”, “Legados autoritários e qualidade da democracia” e “Transições políticas e justiça de transição”. Através delas, os diferentes projetos do Núcleo foram e continuam sendo pensados e executados.

Uma última dimensão que merece ser destacada aqui são as redes associadas ao NUPPOME. Nos últimos anos, o Núcleo tem articulado parcerias/apoios institucionais com Grupos de Pesquisa de outras Instituições de Ensino Superior (IES), tais como: o Laboratório de História Política e Social da Universidade Federal de Juiz de Fora (LAHPS – UFJF), o Grupo de Pesquisa Justiça de Transição da Universidade de Brasília (UnB), o Grupo de Estudos e Pesquisa em Democracia, Justiça e Violência da Universidade Federal do Pampa (GPDEJUV – UniPampa) e o Núcleo de Estudos sobre o Estado, Instituições e Políticas Públicas da Universidade Federal Fluminense (NEEIPP – UFF). Somam-se a isso, uma parceria com o portal História da Ditadura (HD), no qual atuo como colunista, assim como uma parceria com a Rede Brasileira de Pesquisadores de Sítios de Memória e Consciência (REBRAPESC). O NUPPOME, ainda, é uma das mais de 150 entidades que fazem parte da Coalizão Brasil por Memória, Verdade e Justiça, rede da sociedade civil organizada constituída em 2022.

2. Os projetos de pesquisa realizados a despeito de uma conjuntura difícil

O início dos trabalhos do Núcleo de Pesquisa foi antecedido e acompanhado por uma sucessão de crises dentro e fora do país. No âmbito interno, a partir de 2014, quando, pela primeira vez desde o fim da ditadura, o resultado das eleições presidenciais foi questionado publicamente pelo candidato derrotado, assistimos a uma sucessão de crises políticas, com uma onda de manifestações nas quais o extremismo de direita ocupou as ruas do país, a partir de 2015. Além disso, foi nesse mesmo momento que ocorreu o afastamento, mediante Golpe parlamentar, da presidenta Dilma Rousseff, em 2016, o governo de Michel Temer (2016-2018) e a prisão do ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva, em 2018. Um ano depois, assistimos a vitória eleitoral e o governo de Jair Bolsonaro (2019-2022).

Fora do Brasil, mas incidindo de forma direta e indireta em nossas dinâmicas internas, o mesmo período tem sido marcado pelo avanço das extremas direitas em diversos países (Estados

Unidos da América, Itália, França, Portugal, Espanha, Hungria, Ucrânia, Argentina, Chile e Uruguai, entre outros). Soma-se a isso, o crescimento de conflitos como o que tem sido travado entre Rússia e Ucrânia desde 2022, assim como o conflito entre Israel e Hamas, iniciado em 2023. Não podemos esquecer, finalmente, a pandemia de Covid-19, que impactou todas/os desde 2020.

Considero relevante mencionar todos esses fatos da última década para contextualizar os projetos realizados no âmbito do NUPPOME, uma vez que tais circunstâncias/acontecimentos impactaram de forma direta e/ou indireta nos caminhos que foram até aqui percorridos. Apesar deles, contudo, desde 2018, temos conseguido realizar pesquisas e outros projetos com êxito⁰⁵.

Merece destaque o fato de que, a despeito de uma conjuntura bastante difícil dentro e fora do país, e, sobretudo, dos cortes de gastos e investimentos públicos empreendidos pelos governos Temer e Bolsonaro, o NUPPOME obteve apoio financeiro para realizar diversos projetos de pesquisa desde a sua criação, seja através de bolsas institucionais ou mediante a conquista de apoio em editais de fomento a projetos de pesquisa externos à UFPEL. Dentro da instituição, foram conquistadas 15 bolsas de iniciação científica e/ou de ensino ao longo dos anos. Com elas, tem sido viabilizado o desenvolvimento de recursos humanos da graduação através dos projetos de pesquisa “Políticas de memória em perspectiva comparada: levantamento das principais medidas implementadas no Cone Sul, Espanha e Portugal” (vigente entre 2017 e 2020) e “Políticas de memória em perspectiva comparada” (vigente desde 2020), assim como vinculadas ao projeto de ensino “Grupo de Estudos sobre Justiça de Transição e Políticas de Memória” (vigente desde 2022).

Esses projetos de pesquisa, mais institucionais, serviram e servem como ponto de partida para a formação de recursos humanos dentro da Universidade, tendo possibilitado, como será detalhado nas seções seguintes, a construção e publicação de bancos de dados produzidos pelas/os integrantes do Núcleo. Ademais, o projeto de ensino, que consiste na organização de um Grupo de Estudos, tem permitido a difusão de temas de interesse do NUPPOME para a comunidade acadêmica em geral, integrando, desde 2022, estudantes da graduação e da pós-graduação da UFPEL de diferentes cursos/áreas. Desde o início dos encontros desse grupo, mais de 50 discentes das Ciências Sociais, História, Direito, Letras, Relações Internacionais e do mestrado e doutorado em Ciência Política e História participaram das atividades.

05. A lista de projetos de pesquisa – ativos e encerrados –, com uma ementa de cada um deles, está disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/nuppome/projetos/projetos-de-pesquisa/>.

Indo além de uma perspectiva mais “caseira”, no âmbito do NUPPOME também foram articulados e executados projetos de pesquisa que permitiram o estabelecimento de redes e parcerias interinstitucionais. Até o presente, fomos contemplados em dois editais de Chamada Universal do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e um de Auxílio Recém-Doutor da FAPERGS (ARD-FAPERGS). E, na minha visão, esses projetos foram essenciais para a consolidação do NUPPOME. Eles permitiram, por um lado, a ampliação e o fortalecimento de suas redes. Possibilitaram, por outro, a aquisição de materiais (o Núcleo possui uma biblioteca com mais de 150 itens adquiridos, majoritariamente, com recursos dos projetos de pesquisa) e a realização de uma série de atividades e produções ao longo dos anos – na próxima seção, falarei melhor a respeito disto.

O projeto “Memória, verdade e justiça em perspectiva comparada: uma proposta de análise para os países do Cone Sul”, contemplado com o Edital nº 28/2018 (Chamada Universal – CNPq) e vigente entre 2019 e 2022, reuniu pesquisadoras/es da UFPEL, UFSM, UFF, UFGD e UESPI. Com o projeto “Políticas de memória em unidades subnacionais: o trabalho das Comissões Estaduais da Verdade do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina e do Paraná”, contemplado com o Edital nº 10/2020 (ARD-FAPERGS) e com vigência entre 2021 e 2023, articulou-se uma parceria entre docentes da UFPEL, PUCRS e UFF. O projeto “Políticas de memória em unidades subnacionais: o trabalho das Comissões Estaduais da Verdade da Região Nordeste”, foi contemplado pelo Edital nº 10/2023 (Chamada Universal – CNPq), está vigente desde 2024 (até o final de 2026) e representa uma parceria entre pesquisadores da UFPEL, da UFF e da UEMG.

Somam-se a esses projetos com financiamento do CNPq e da FAPERGS, a pesquisa de pós-doutorado realizado por Maíra Pereira da Costa, “Políticas de memória e socialização política no Brasil: o impacto da comissão nacional da verdade nas representações sobre a ditadura militar em livros didáticos de História do Brasil”, financiada com bolsa PDJ-CNPq para o período 2024-2025, assim como o meu projeto de pesquisa “Políticas de memória em unidades subnacionais: o trabalho das Comissões Estaduais de Indenização às vítimas da ditadura no Brasil”, contemplado com bolsa de produtividade do CNPq (PQ-2, vigente entre 2024-2027).

Atravessando uma conjuntura bastante tensa, de um ponto de vista interno, mas também internacional, o fato é que as/os integrantes do Núcleo têm conseguido, de forma exitosa, dar andamento

em suas pesquisas. Seja na luta contra o negacionismo e o desmonte das políticas de memória ocorridos durante os governos Temer e Bolsonaro ou, igualmente, na adaptação pela qual todas/os passamos durante o contexto da pandemia, quando tivemos que migrar, de uma hora para outra, para o mundo virtual.

3. Produzindo contra o esquecimento e pela não repetição: uma radiografia das atividades e da produção do Núcleo de Pesquisa

Conforme anunciado nas seções anteriores, as/os integrantes do Núcleo de Pesquisa seguiram atuando, de forma contínua, apesar das circunstâncias que se impuseram desde a sua criação. Um elemento que atesta isso é o conjunto de atividades acadêmicas promovidas em seu âmbito e/ou por ele apoiadas e a significativa produção de suas/seus integrantes.

Começando pelas atividades acadêmicas organizadas e/ou apoiadas pelo Núcleo, desde 2018, foram realizados mais de 60 eventos: cine-debates, palestras, conferências, seminários, minicursos, workshops⁰⁶ e exposições⁰⁷. Tais atividades, presenciais, virtuais e/ou híbridas, reuniram mais de 2.500 ouvintes ao longo dos anos. Devido à migração forçada (exclusiva) para o ambiente virtual, durante a pandemia, o NUPPOME, inclusive, pôde se beneficiar da participação de ouvintes de todas as regiões do país, e, por vezes, do exterior. Contribuiu significativamente para isso a criação do nosso Canal no YouTube (<https://www.youtube.com/@NUPPOMEUFPeL>), ativo desde 2020, e através do qual já foram realizadas mais de 40 transmissões ao vivo, sempre com convidadas/os de destaque nas pesquisas sobre ditaduras e políticas de memória⁰⁸. Ao longo dos anos, o Núcleo promoveu webconferências com palestrantes do Brasil e do exterior (Argentina, Chile, Uruguai, Paraguai, Espanha e Portugal). É importante ressaltar que parte dessas atividades foi realizada de forma integrada aos projetos executados pelo Núcleo com apoio do CNPq. Este é o caso, por exemplo, dos seminários “Anistia: 40 anos de uma luta inacabada”, em setembro de 2019, e “Políticas de memória em um contexto de crises”, realizado virtualmente em outubro de 2021.

06. O “Workshop de pesquisas sobre políticas de memória” teve duas edições, a primeira delas em outubro de 2022 e a segunda em agosto de 2024, ambas realizadas de forma híbrida, com sessões de apresentação de trabalho presenciais e virtuais. As duas edições do evento contaram com dezenas de participantes do Brasil e do exterior (Argentina, Colômbia, Espanha e Portugal) e os trabalhos apresentados resultaram na publicação de duas coletâneas (e-books) disponíveis no site do Núcleo. Ver: Gallo, Cavichioli, Souza & Silveira (2023) e Gallo, Cavichioli, Souza, Costa & Silveira (2025).

07. A lista com a arte de divulgação de todos os eventos promovidos e/ou apoiados pelo Núcleo desde 2018 encontra-se disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/nuppome/eventos/>.

08. Todas as atividades online promovidas pelo NUPPOME desde 2020 estão disponíveis em nosso Canal do YouTube para acesso livre.

Os resultados do trabalho que vem sendo realizado no âmbito do NUPPOME podem ser medidos e observados, ainda, tendo como base a produção decorrente dos diferentes projetos executados por suas/seus integrantes. Sejam eles advindos dos projetos de trabalhos de conclusão de curso, dissertações ou teses, ou frutos diretamente gerados a partir dos projetos de pesquisa (individuais ou coletivos) que obtiveram financiamento de agências de fomento brasileiras⁰⁹.

Desde 2018, 13 trabalhos de conclusão, sete dissertações e três teses foram concluídas por integrantes do Núcleo, considerando exclusivamente as orientações ou coorientações vinculadas à UFPEL. No mesmo período, ainda, dezenas de artigos, capítulos de livros, livros e coletâneas foram publicados pela equipe no Brasil e no exterior. Um esforço que tem sido empreendido, no sentido de ampliar a divulgação do conhecimento que vem sendo produzido no Núcleo, se refere à publicação no exterior, preferencialmente em língua estrangeira. No nosso site, por exemplo, é possível observar que na lista de publicações possuímos, nos últimos três anos, mais artigos publicados em língua inglesa e espanhola do que em nossos anos iniciais.

Do conjunto de nossas produções, três merecem ser destacadas: as coletâneas decorrentes dos projetos de pesquisa financiados pelo CNPq e pela FAPERGS, os bancos de dados produzidos/publicados em nosso site e a publicação da revista “Cadernos do NUPPOME”. No que se refere às coletâneas, o primeiro dos projetos resultou na publicação da coletânea “Nas trincheiras da memória: lutas pelo passado, políticas de memória e justiça de transição no Sul da Europa e na América do Sul” (Gallo, 2021), obra que reuniu acadêmicas/os do Brasil, Argentina, Uruguai, Chile e Colômbia para abordar avanços, limites e desafios no campo das políticas de memória e da justiça de transição em seus países.

A partir da execução do segundo projeto, financiado pela FAPERGS, foi publicada a obra “Ecos do comissionismo: as comissões estaduais da verdade, seus desafios e seus legados” (Gallo, Del Río e Maia, 2023). Nessa coletânea, buscamos fazer um balanço do fenômeno do “comissionismo”, termo cunhado por Cristina Buarque de Hollanda (2018) para fazer referência à criação de comissões da verdade subnacionais – estaduais, municipais, setoriais, universitárias – a partir da instalação da Comissão Nacional da Verdade (CNV), em 2012. Em seus capítulos, pesquisadoras/es de diferentes regiões do país analisaram o legado das comissões criadas em Estados do Sul, Sudeste e Nordeste.

09. A lista de produções das/os integrantes do Núcleo, e, em alguns casos, os links de acesso a cada uma delas encontram-se em: <https://wp.ufpel.edu.br/nuppome/producao/>.

Através dos projetos de pesquisa executados em seu âmbito, o Núcleo também foi produzindo, com o passar dos anos, um banco de dados bastante diversificado, com informações de diversos países que estabeleceram políticas de memória. Visando uma maior circulação dos dados que foram produzidos pelas/os suas/seus integrantes e, ao mesmo tempo, subsidiar as pesquisas de outras pessoas interessadas pelo tema, os quadros preenchidos desde 2017 no âmbito da iniciação científica e/ou nos projetos financiados pelo CNPq e pela FAPERGS foram revisados, sistematizados e compilados em e-books disponibilizados em nosso site, na aba “Banco de Dados” (Gallo, 2023; 2024). Nesses materiais, é possível encontrar dados sobre países da América Latina, Canadá, África, Europa e Sudoeste da Ásia.

Desde 2019, também no âmbito do Núcleo de Pesquisa é publicada a revista “Cadernos do NUPPOME” (ISSN 2596-285X)¹⁰. Pensada para ser uma revista menos “formal” do que as revistas acadêmicas em geral, isto é, sem abrir mão da seriedade, veiculamos entrevistas, textos de análise mais curtos e dicas de leituras e fontes sobre políticas de memória, a “Cadernos” já lançou 19 números regulares – sua veiculação é quadrimestral – e dois números especiais. Foram entrevistadas/os, desde 2019, pessoas que lidam com nossos temas de interesse – dentro e fora da academia – no Brasil, Argentina, Chile, Uruguai e Itália.

No segundo número da revista, publicado em agosto de 2019, tivemos a honra de veicular uma entrevista com a socióloga argentina Elizabeth Jelin, uma das maiores referências internacionais sobre políticas de memória¹¹. No ano seguinte, na primeira vez que publicamos um número especial, tivemos a chance de veicular uma tradução – inédita para a língua portuguesa – de um texto escrito pelo historiador catalão Ricard Vinyes, outra referência internacional central nos estudos/pesquisas sobre as medidas de reparação às vítimas das ditaduras do século XX (VINYES, 2020).

Indo além, outra forma de dialogar com a comunidade – nacional e internacional – de pesquisadoras/es sobre políticas de memória se concretiza através da participação em eventos acadêmicos da área. É nesse sentido que, desde 2018, integrantes do Núcleo têm submetido seus trabalhos e/ou organizado mesas e grupos de trabalho em eventos no Brasil e no exterior. No país, por exemplo, elas /eles promoveram mesas redondas temáticas sobre o tema das políticas de memória

10. Todas as edições da revista podem ser acessadas em: <https://wp.ufpel.edu.br/nuppome/cadernos-do-nuppome/>.

11. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/nuppome/files/2019/08/Cadernos-do-NUPPOME-ano-1-n-2-agosto-de-2019.pdf>.

em duas edições do Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP), em 2020 e 2024. No exterior, já foram promovidas mesas em eventos como os congressos da Asociación Uruguaya de Ciencia Política (AUCIP), em 2021 e da Associação Portuguesa de Ciência Política (APCP), em 2025.

Como uma articulação internacional do NUPPOME, cabe destacar a coordenação de grupos de trabalho em duas edições (2018 e 2023) do “Seminário Internacional Políticas de Memória”, evento promovido pelo Centro Cultural de la Memoria Haroldo Conti (CCMHC) e realizado em Buenos Aires, na Argentina. Trata-se de um dos mais antigos e importantes eventos da área na América Latina. Nas duas oportunidades nas quais integrantes do Núcleo participaram coordenando um grupo de trabalhos, pesquisadoras/es do Brasil, Argentina, Chile e Colômbia estiveram conjuntamente discutindo suas pesquisas.

Desde 2018, a participação da equipe em eventos tem sido significativa, contínua e crescente, tanto de suas/seus docentes-pesquisadoras/es como das/os estudantes da graduação à pós-graduação. Além de eventos locais, promovidos pela UFPEL ou pela UFRGS, temos participado constantemente de encontros nacionais, tais como os promovidos pela ABCP e pela ANPOCS, assim como congressos organizados pela International Political Science Association (IPSA), Associação Latino-americana de Ciência Política (ALACIP), AUCIP, APCP, Brazilian Studies Association (BRASA), entre outros.

Mais do que mera circulação, a participação em eventos no país e no exterior permitiu e permite o Núcleo divulgar suas pesquisas, conhecer novas referências e fortalecer nossas redes. Ainda que tenhamos avançado bastante desde a criação do NUPPOME, acreditamos que podemos e precisamos fortalecer nossas redes internacionais, sobretudo na região do Cone Sul. Os países da região compartilham conosco um passado recente semelhante, marcado por reiteradas violações aos direitos humanos praticadas durante as ditaduras, assim como são semelhantes – ainda que parcialmente – os desafios que continuam sendo enfrentados no campo das políticas de memória.

Considerações finais

Para encerrar este texto, considero conveniente registrar dois comentários. Primeiro, que esta foi a primeira vez, desde a criação do Núcleo, que enfrentei o desafio de escrever um texto, sistematizando dados sobre o que foi realizado desde então. Segundo, que minha ideia, ao fazê-lo, não era escrever uma mera apologia ao trabalho que realizei – realizamos – desde 2018.

Ao contrário, o panorama até aqui apresentado permitiu – pelo menos para mim – vislumbrar e analisar, de forma positiva, mas crítica, tudo aquilo que foi feito, com ou sem o apoio das agências de fomento, pelas/os integrantes da equipe do NUPPOME.

Se, sob muitas perspectivas, acredito que conjuntamente fizemos muito até o presente, principalmente quando se observa as conjunturas difíceis que acompanharam e atravessaram nossa ainda breve trajetória, nossos limites e desafios – acadêmicos e políticos – são evidentes.

O Núcleo precisa, por exemplo, ampliar suas redes internacionais, sobretudo na nossa região. Afinal, nossa identidade visual faz uma justa homenagem àquelas que deram início às lutas por memória, verdade e justiça na Argentina, e se tornaram um símbolo internacional desta causa: as Madres e Abuelas da Plaza de Mayo, incansáveis na luta contra o negacionismo da ditadura, essenciais e exemplares nas disputas por memória da democracia. Construir pontes entre pesquisadoras/es do Cone Sul, portanto, precisa e deve ser parte dos nossos esforços dos próximos anos. Precisamos, ainda, obter mais apoios de agências de fomento. Sem isso, muitas de nossas ideias ficarão apenas no papel, pois não é possível fazer ciência com base no voluntarismo, por mais bem-intencionados que estejamos.

É pensando nisso, portanto, que finalizo este texto com uma reflexão sobre os desafios políticos do tempo presente. A criação do NUPPOME se deu em uma conjuntura política bastante adversa. Em muitos momentos, governos, governantes e políticos alinhados à (extrema) direita fizeram falas e atuaram para que a academia como um todo fosse deslegitimada publicamente. As pesquisas a respeito das ditaduras e sobre as medidas de reparação às vítimas, nesse sentido, ganharam destaque no meio dos ataques de uma onda de negacionismo que, longe de ser uma excepcionalidade brasileira, atinge outros contextos, seja no Cone Sul, mas também em países do Norte Global.

É pensando nisso que considero que o que fizemos até a atualidade – e pretendemos seguir fazendo pelos anos que virão – foi o início de um movimento acadêmico e cidadão que não se esgota com a publicação de trabalhos, a organização e a participação em eventos. Mais do que um simples núcleo de pesquisa, considero o NUPPOME uma espécie de trincheira, ainda que acadêmica, nas lutas contra o esquecimento e o negacionismo. É certo que as ditaduras não duram para sempre. É verdade, igualmente, que em contextos – difíceis ou não – precisamos fazer a nossa parte “para que não se esqueça, para que nunca mais aconteça”.

Referências bibliográficas

- GALLO, C. A. (Org.). *Nas trincheiras da memória: lutas pelo passado, políticas de memória e justiça de transição no Sul da Europa e na América do Sul*. Rio de Janeiro: Oficina Raquel, 2021.
- _____. (Org.). *Políticas de memória em 13 países: subsídios para a não repetição*. Pelotas: NUPPOME, 2023.
- _____. (Org.). *Comissões da verdade: experiências nacionais e subnacionais*. Pelotas: NUPPOME, 2024.
- GALLO, C. A.; CAVICHIOLI, B. G.; SOUZA, L. F. de; SILVEIRA, R. A. (Org.). *Políticas de memória, democracia e sociedade: contribuições para uma reflexão crítica do passado e do presente*. Porto Alegre: Casalettras, 2023.
- GALLO, C. A.; CAVICHIOLI, B. G.; SOUZA, L. F. de; COSTA, M. P. da; SILVEIRA, R. A. (Org.). *Políticas de memória, democracia e sociedade: novas contribuições, perspectivas e experiências*. Pelotas: Núcleo de Pesquisa sobre Políticas de Memória, 2025.
- GALLO, C. A.; DEL RÍO, A.; MAIA, T. de A. (Org.). *Ecos do comissionismo no Brasil: as comissões estaduais da verdade, seus desafios e seus legados*. Rio de Janeiro: Oficina Raquel, 2023.
- HOLLANDA, C. B. de. Direitos humanos e democracia: a experiência das comissões da verdade no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 33, n. 96, 2018.
- VINYES, R. A memória como uma política pública. *Cadernos do NUPPOME*, ano 2, número especial, 2020. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/nuppome/cadernos-do-nuppome/edicoes-anteriores/>.

UM SONHO ADIADO?

Os desafios para a instalação do Museu da Democracia em Curitiba

Instituto Defesa da Classe Trabalhadora (iDeclatra)⁰¹

Kelen Vanzin⁰²

Em 2022, o Instituto Defesa da Classe Trabalhadora (iDeclatra), sediado em Curitiba (PR), deu início a um projeto intitulado “Museu da Democracia” com o propósito de criar um espaço para rememorar a trajetória de nossa democracia a partir da década de 1980, perpassando o movimento das “Diretas Já”, a Emenda “Dante de Oliveira”, a Assembleia Nacional Constituinte, a Constituição de 1988, a participação determinante de diferentes movimentos sociais nesse processo até a contemporaneidade, destacando contradições, avanços e retrocessos. E o percurso para efetivar tal proposta tem sido repleto de desafios.

Desde o início, o projeto objetiva instalar o empreendimento cultural no prédio icônico dos Correios, em uma área de 4 mil m² em *art déco*, situada em uma localização estratégica no centro da capital paranaense e que contempla, em sua história, construções emblemáticas que serviram de resistência à ditadura militar (1964 a 1985) como, por exemplo, a Universidade Federal do Paraná (UFPR) e sua Reitoria, a Casa do Estudante Universitário do Paraná, o calçadão da XV de Novembro até a Boca Maldita, palco de inúmeros eventos políticos, dentre eles, o comício de lançamento oficial do movimento das “Diretas Já”, em 12 de janeiro de 1984. Por outro lado, no mesmo entorno, havia espaços de repressão à época como o Centro de Preparação de Oficiais da Reserva (CPOR), a sede do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), da superintendência da Polícia Federal e o quartel do 15º Batalhão do Exército.

01. Curitiba, Paraná.

02. Jornalista, mestra em Administração pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e doutoranda em Letras pela Universidade Federal do Paraná (UFPR).

Ao longo de três anos, têm ocorrido diversas negociações entre Instituto iDeclatra, responsável pelo projeto e sua implantação, a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (EBCT) e outros órgãos públicos, cuja finalidade é a cessão do edifício histórico para abrigar o “Museu da Democracia”. Enquanto se busca uma solução para definir qual entidade pública receberá o imóvel, o Instituto se centrou na elaboração do Plano Básico do Museu e, por meio de um convênio com a Itaipu Binacional, concluiu as principais áreas que o compõem: curadoria, museografia, expografia e arquitetura. Esse documento será fundamental para a inscrição da proposta na Lei Rouanet, permitindo a captação de recursos para as fases seguintes relacionadas ao projeto executivo (detalhamento) e à instalação.

A curadoria foi composta por docentes de diversas áreas, tais como Ciência Política, História, Ciências Sociais, Educação, Filosofia, Jornalismo e Direito, membros de instituições como a Universidade Federal do Paraná (UFPR), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Universidade Federal Fluminense (UFF), Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). O projeto também recebeu o apoio da professora emérita da Universidade de São Paulo (USP), a filósofa Marilena Chaui. A primeira parte da produção técnica do partido curatorial, coordenada pela professora Maria Isabel Limongi, do curso de Filosofia da UFPR, aborda o posicionamento museológico e conceitos como o de “democracia”. Nesse sentido, ela fundamenta que:

ao optarmos pela ideia de democracia como experiência concreta e forma social, muito mais amplamente que uma forma de governo, o Museu já assume seu caráter histórico, situado, contraditório e plural. E isso é o ponto fulcral desta proposta. Um Museu vivo, pulsante, aberto, que se propõe a refletir criticamente sobre nossa experiência democrática, guardando sua memória e projetando um futuro de aperfeiçoamento tanto das nossas instituições quanto de nossa convivência social (Limongi, 2024, p.3).

Face às diversas disputas relacionadas ao tema da democracia, a escolha conceitual contempla diversas tendências que evocam os movimentos concretos, contínuos e renovados dos segmentos sociais em direção às instituições, por vezes contra elas, em vista da conquista de direitos e de sua participação nas políticas públicas, como explica a professora Isabel Limongi. Dessa forma, seguiu-se uma abordagem diacrônica tratando da gênese do conceito e da experiência política correspondente tal como vieram a se constituir de modo singular em um determinado processo histórico, no Ocidente, conforme o relatório técnico do partido curatorial, cujo recorte temporal abarca desde o pacto democrático que culminou na Constituição de 1988 à atualidade brasileira.

Ao resgatar a história desde a Grécia Antiga, berço da democracia, passando por Roma, berço da República, o documento que embasa o posicionamento museológico e os conceitos do “Museu da Democracia”, em Curitiba, está centrado na forma moderna da primeira metade do século XIX, cujas raízes se estruturam no pensamento e na experiência política do século XVIII. Nesse contexto, um dos conceitos chaves é o de “soberania popular” desenvolvido por Rousseau em sua obra “Do Contrato Social” (1792): “Com esse conceito, Rousseau procurou pensar, não uma forma de governo, mas a fonte normativa do sistema de direito público e privado em que consiste o Estado, a que passamos chamar de democrático”, destaca Limongi (2024, p. 7). Outros marcos para a democracia moderna enfatizados no relatório técnico são os dois volumes de “A Democracia na América”, de Alexis de Tocqueville, publicados em 1835 e 1840 respectivamente. De acordo com Limongi, o que inspira o “Museu da Democracia”, a partir da obra de Tocqueville, é “a maneira localizada com que o autor enquadra a democracia” (Limongi, 2024, p.9) e seu gesto de interpretar a experiência americana e de aprender com ela. “Estamos todos destinados à democracia, para o bem ou para o mal. Por isso mesmo, cabe refletir sobre as experiências democráticas a fim de encaminhá-las da melhor forma possível, enfrentando os desafios que se impõem”, reitera a produção técnica do partido curatorial de modo a destacar os recursos observados por Tocqueville como participação política, o associacionismo, o governo local, a ampla circulação das ideias, além da compreensão apurada dos processos sociais e históricos, orientando as decisões de governo e as práticas sociais. Todavia, “a democracia em suas diversas possibilidades de abordagem é algo que o Museu da Democracia pretende deixar sempre em aberto” (Limongi, 2024, p. 12).

- O documento produzido pelo partido curatorial em sua fase de conceituação e posicionamento museológico também compreende os principais objetivos do Museu a ser instalado em Curitiba, quais sejam: Preservar e construir a memória da democracia brasileira da década de 1980 até o presente, celebrando suas conquistas e destacando seus impasses, desafios, riscos e contradições;
- Construir um espaço de reflexão sobre a experiência democrática da sociedade brasileira, fortalecendo a cidadania, os valores culturais e as instituições democráticas;
- Promover o fomento a pesquisas que abranjam a produção simbólica e imaterial de todos os grupos sociais de forma a valorizar a diversidade cultural no espaço do museu;

- Desenvolver ações educativo-culturais e programas de formação que fortaleçam a democracia;
- Promover e garantir a identificação e o registro de memórias, manifestações culturais, saberes e fazeres dos diferentes segmentos sociais em defesa dos direitos humanos e sociais;
- Apresentar a democracia como uma experiência cujo sentido está em disputa, abrindo espaço para a pluralidade de vozes e perspectivas a seu respeito; e
- Construir-se como um centro de pesquisa e um espaço de participação e construção democrática.

Dessa forma, a proposta é implantar um museu-experiência no intuito de provocar emoções, vivências, reflexões e debates utilizando diversos recursos audiovisuais e instalações interativas-digitais com ampla acessibilidade. Assim, o/a visitante poderá, por exemplo, através de seu celular fazer a leitura de QR codes para saber mais sobre cada exposição, ter acesso a traduções a vários idiomas e ainda a transcrições para crianças e pessoas com deficiência. Seguindo esse princípio, a convivência cultural será estimulada e o ambiente preparado para diferentes finalidades, tais como para o lançamento de produtos culturais, desenvolvimento de oficinas sobre democracia, estrutura para coworking, cafés, restaurante e auditório. Assim, dará impulso à participação social e à valorização do sistema democrático, promovendo a aprendizagem associada ao entretenimento de modo fluido e proporcionando uma experiência rica tanto para a mente quanto para os sentidos, como argumenta o partido curatorial em sua primeira etapa.

Ao narrar, refletir e preservar as histórias da democracia no Brasil o Museu da Democracia se propõe a ir além da mera apresentação factual dos eventos históricos, buscando promover um olhar crítico e reflexivo que desperte no visitante a consciência sobre a importância da democracia como um valor essencial na sociedade brasileira. O objetivo é criar um ambiente que não apenas informe, mas também inspire a participação cidadã ativa (Limongi; Corrêa; Aguiar, 2024, p. 14).

Nesse sentido, o museu é entendido como um espaço vivo, aberto ao diálogo, à convivência social e não atrelado a um passado remoto que não cause engajamento com os seus/suas visitantes. Nele, o conceito de democracia e a sua trajetória no Brasil serão explorados seguindo as constantes atualizações e ameaças, os sobressaltos que perpassam o sistema democrático em uma construção contínua e diária. Tal ideia rompe com posições sobre o espaço museal enquanto estático, restrito a um recorte temporal e avança em uma perspectiva contemporânea que estimula a experiência, a emoção vivenciada pelo público.

Outro ponto relevante trata dos motivos que justificam a instalação do “Museu da Democracia” em Curitiba. Conforme o projeto idealizado pelo Instituto Defesa da Classe Trabalhadora, a iniciativa é de âmbito nacional, de amplo espectro político e com o objetivo de promover a valorização do Estado Democrático de Direito, da soberania e participação popular, da Constituição Federal de 1988 e da importância das eleições livres e periódicas. Para tanto, a proposta enfatiza o período da redemocratização brasileira e, nesse sentido, Curitiba protagonizou um fato histórico ao sediar o lançamento oficial da campanha nacional pelas “Diretas Já”, em 12 de janeiro de 1984, na Boca Maldita, com a participação de mais de 50 mil pessoas. À época, a capital paranaense se transformou em um laboratório social do movimento que se espalharia em grande proporção por todo o país e foi determinante para o fim da ditadura militar.

Foto 1 - Imagem da Boca Maldita na capital paranaense em 12 de janeiro de 1984



Foto: Ivan Bueno.

Foto 2 - Ulysses Guimarães, Tancredo Neves, Franco Montoro, José Richa, Álvaro Dias, Bete Mendes participaram do comício de lançamento das Diretas em Curitiba.



Foto: Ivan Bueno.

O projeto explora as contradições de Curitiba e os avanços e os retrocessos do próprio sistema democrático brasileiro. Exemplo disso foi, três décadas depois da efervescência das “Diretas Já”, a cidade ter abrigado a “Operação Lava-jato”, ser denominada “República de Curitiba” e ainda sediar o ressurgimento de diversos movimentos fascistas. Todavia, e enquanto se configurava como um novo epicentro da extrema-direita do país, Curitiba também abrigava um marco mundial de resistência democrática, a “Vigília Lula Livre”. Dessa forma, é em razão dessa pluralidade que justifica-se a instalação de um museu dedicado à temática na cidade, ao mesmo tempo em que o “Museu da Democracia” corrobora para ressignificar a imagem da capital paranaense, desafiando estereótipos e promovendo uma visão mais inclusiva e diversa para a identidade curitibana.

Ao ressaltar o período de redemocratização do Brasil, a definição do recorte temporal pautou o aprofundamento da segunda e última fase do partido curatorial em seu plano básico. Assim, o relatório técnico elaborado pela professora Angela Moreira Domingues da Silva, do curso de História da UFF, com a revisão de Adriano Codato, professor de Ciência Política da UFPR,

centrou em uma investigação histórica sobre o movimento “Diretas Já”, entre 1983 e 1984, em todo o país. Para tanto, o levantamento de dados nas regiões Norte e Nordeste foi realizado pelas pesquisadoras Cibele Alexandre Uchoa e Willaine Araújo Silva, com a supervisão de João Paulo Allain Teixeira, professor de Direito da UFPE; enquanto nas regiões Centro-Oeste, Sudeste e Sul, a professora Angela Moreira Domingues da Silva ficou como responsável. A despeito desse foco, existe uma contextualização do período da ditadura militar e suas diferentes fases, o que também deve se materializar na expografia do “Museu da Democracia” de modo a valorizar a resistência aos anos de chumbo no Brasil de diferentes movimentos sociais, a exemplo dos estudantis, sindicatos, mulheres, negros, indígenas, diversidade, em defesa de moradias dignas, reforma agrária.

Apesquisa,frutodetrabalhodocumentalemarquivosnacionais,hemerotecas digitais e acervos institucionais, mapeia a capilaridade e heterogeneidade desse fenômeno que transcendeu seu objetivo imediato – a aprovação da Emenda Dante de Oliveira – para configurar-se como processo amplo de reapropriação do espaço público pela cidadania (Silva e Codato, 2024, p. 7).

O documento situa o movimento das “Diretas Já” como “um marco decisivo na história política brasileira contemporânea, constituindo-se como ponto culminante de um processo complexo de transição do regime ditatorial-militar para um regime liberal-democrático” (Silva e Codato, 2024, p. 15) e, ainda, o contextualiza na fase de “desagregação do regime ditatorial-militar” durante o governo do último presidente militar João Figueiredo (1979 a 1985), em que ocorre a instalação de “procedimentos liberalizantes”, a exemplo de eleições parlamentares periódicas, restauração do pluripartidarismo, redução da censura à imprensa. Por outro lado, também ressalta que a derrota da Emenda “Dante de Oliveira”, em abril de 1984, a qual previa o retorno das eleições diretas para presidente da República no país, simbolizou a capacidade de resistência e preservação do regime militar e de elementos centrais autoritários de seu projeto político. Assim, o “movimento das Diretas Já, apesar de sua derrota formal, contribuiu para ampliar os limites da transição negociada, pressionando por uma democratização mais substantiva”, conforme analisam Silva e Codato (2024, p. 21). Os autores, todavia, ressalvam a ambivalência que permeou essa mobilização, posto que, ao mesmo tempo em que “expressou um potencial transformador” da população pelo voto direto, também se encerrou face aos limites da transição política da época e da força ainda presente dos militares.

Nessa etapa, o partido curatorial também se dedicou a elaborar um panorama sobre a redemocratização pelas lentes das “Diretas Já” examinando a relação entre as mobilizações regionais e nacionais e as especificidades de cada estado brasileiro como, por exemplo, no caso da capital paranaense que sediou o início da campanha nacional em um comício de grandes dimensões na Boca Maldita. Também se destacou a trajetória das “Diretas Já” desde os pequenos atos espalhados por todo país até as grandes manifestações realizadas nas capitais de São Paulo e Rio de Janeiro, com cerca de um milhão de pessoas. No relatório, os curadores relembram as urnas instaladas com a frase “Você gostaria de votar para Presidente da República?” e que permaneciam nas praças para votação, além dos inúmeros cartazes, flâmulas, bandeiras, charges, fotografias, recortes de jornais e documentos diversos.

A análise dos eventos e manifestações ocorridos por todo o território nacional entre 1983 e 1984 permite compreender a complexidade e as múltiplas dimensões desse fenômeno político que transcendeu o objetivo imediato da aprovação da Emenda Dante de Oliveira para configurar-se como um processo de reapropriação do espaço público pela cidadania brasileira após duas décadas de ditadura militar (Silva e Codato, 2024, p. 113).

Ao examinarem a morfologia dos eventos nas cinco regiões do país, Silva e Codato (2024) observaram uma estrutura organizativa que associava elementos de espontaneidade popular com coordenação político-partidária, de modo a definir uma padronização com a formação de comitês suprapartidários em nível nacional, estadual e municipal. O “Comitê Nacional Suprapartidário Pró-Eleições Diretas”, por exemplo, se constituía como uma instância coordenadora de articulação de como o “Dia Nacional de Vigília Cívica e Mobilização”, realizado em 25 de abril de 1984 e que coincidiu com a votação da Emenda “Dante de Oliveira”. Contudo, e apesar dessa estrutura comum, as manifestações adquiriram características próprias em cada região, refletindo as especificidades locais. No Nordeste, por exemplo, se notabilizaram ações com a organização do Partido Comunista do Brasil (PcdoB) e do Partido Comunista Brasileiro (PCB), enquanto no Sudeste e Sul, o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) e o Partido dos Trabalhadores (PT) foram os principais articuladores. Ou seja, “Isso demonstra como o movimento, embora nacional, adaptou-se às diferentes configurações políticas regionais, incorporando demandas locais e dialogando com as tradições organizativas preexistentes em cada estado”, analisam Silva e Codato (2024, p.113).

Quanto à cronologia do movimento “Diretas Já”, os curadores destacam que o ano de 1984 concentrou os maiores eventos, que foram intensificados a partir de janeiro de 1984, quando se realizou, em Curitiba, o ato de lançamento oficial da “Campanha Nacional pelas Eleições Diretas para Presidente da República”, seguido pelo histórico comício da Praça da Sé, em São Paulo, no dia 25 de janeiro. Dessa forma, Curitiba pode ser considerada uma espécie de capital do movimento (Silva e Codato, 2024, p. 113). No que concerne à composição social e partidária das manifestações, os autores ressaltam a diversidade do movimento que transcendeu pautas partidárias, se espalhou para toda a sociedade e atingiu um amplo espectro político, marcando o processo de redemocratização no país, como afirmam:

Conseguiu articular partidos políticos de diferentes matizes ideológicos, sindicatos, entidades estudantis, associações profissionais, organizações religiosas, movimentos sociais urbanos e rurais, além de significativos segmentos da classe média e das camadas populares que não possuíam vínculos organizativos formais (Silva e Codato, 2024, p. 115).

Outro ponto relevante do relatório da curadoria do “Museu da Democracia” trata da participação da classe artística e seu papel determinante na popularização da campanha em todo o país. Cantores/as, atores e atrizes, diretores/as e profissionais da cultura se envolveram na organização e divulgação dos eventos, como foi o caso de Fafá de Belém, conhecida como a “Musa das Diretas”, ela participou de 32 comícios. Ao cantar o Hino Nacional e a música “Menestrel das Alagoas”, em homenagem a Teotônio Vilela, a cantora criou uma simbologia marcante para os grandes eventos pró-diretas. Outros artistas, como Chico Buarque, Belchior, Fagner, Martinho da Vila, Sérgio Ricardo, Cristiane Torloni e Ruth Escobar também participaram de comícios e shows em todo território nacional. Com isso, a estética dos comícios associou elementos de festividade cívica com expressões da cultura popular brasileira conforme analisam Silva e Codato (2024). As cores verde e amarelo, apropriadas pela ditadura militar, foram ressignificadas e passaram a ser aplicadas em bandeiras, faixas, camisetas e diversos materiais com as frases: “Diretas Já”, “O povo quer votar para presidente”, “Vote para presidente”.

O documento também aborda outros aspectos, como o uso dos motes da campanha por empresários. O Carrefour em São Paulo, por exemplo, utilizou o slogan “Diretas 84”, e o Laboratório Sintofarma financiou 30 mil adesivos com a mensagem “Eu quero votar para Presidente”. Além

desses, a Loja da China produziu centenas de milhares de camisetas com a temática das eleições diretas. As “Diretas” também contou com o envolvimento de jogadores, dentre eles, Zico e Sócrates, e das torcidas organizadas, como o “Fla das Diretas”. No jogo realizado em 21 de junho de 1984, quando Brasil jogou contra o Uruguai, foram distribuídos panfletos convocando para o comício do dia 25. Em resumo, o partido curatorial do “Museu da Democracia” aprofundou o recorte temporal da proposta e propiciou fundamentos para o posicionamento museológico e ainda para as demais áreas que compõem o plano básico.

Essas manifestações na vida cotidiana indicam que o movimento conseguiu transcender as fronteiras da política institucional para tornar-se um fenômeno cultural mais amplo, penetrando no imaginário social. Isso explica, em parte, a permanência do movimento na memória coletiva nacional, a despeito da derrota formal da Emenda Dante de Oliveira (Silva e Codato, 2024, p. 117).

Tendo sido priorizado, no presente artigo, o descritivo sobre as produções curatoriais, segue-se um breve relato no que tange ao desenvolvimento da arquitetura, museografia e logomarca do projeto. A adaptação do prédio histórico dos Correios, onde será instalado o “Museu da Democracia”, no centro de Curitiba, é coordenada pelo arquiteto Yuri Vasconcelos Silva, da YVA Arquitetura. Com experiência na área museal, ele foi o responsável técnico pelo projeto executivo de arquitetura do “Museu de Ciência e Tecnologia”, em Luanda (Angola). Para a elaboração do atual projeto, Yuri Vasconcelos contou com a assessoria técnica do arquiteto Guilherme Feijó. E, conforme estudos preliminares, entendeu-se a necessidade de ampliação da acessibilidade ao edifício por meio de uma nova entrada pela Rua João Negrão. Além disso, está previsto o restauro das fachadas que são tombadas pelo patrimônio histórico. Internamente, os arquitetos projetaram diferentes espaços para exposições, auditório, café, loja, restaurante, salas administrativa e de centro de pesquisa e referência, além de um terraço com diversos espaços de convivência, em que se avista o icônico edifício da UFPR e a praça Santos Andrade.

Os estudos técnicos de anteprojeto e executivo respeitam o estilo arquitetônico do prédio dos Correios em art déco, de forma a garantir ampla acessibilidade e viabilizar a adaptação conforme um modelo de museu-experiência, como comentado anteriormente, em que preconiza interações digitais e a convivência cultural. Para tanto, a especialista em patrimônio Giceli Portela, professora

titular de arquitetura da UTFPR, doutora em Arquitetura e Urbanismo na USP e pós-doutora pela École de Chaillot (Paris, França) foi consultada. De acordo com suas diretrizes para restauro, as intervenções propostas devem manter a relevância histórica e cultural de mais de 90 anos da construção. Com o uso da tecnologia BIM (Building Information Modeling ou Modelagem de Informação da Construção, na sigla traduzida), os arquitetos elaboraram os desenhos de adaptação. Conforme projeções, a fachada terá iluminação especial e faixas de tecido nas cores da marca para anunciar as exposições e demais atividades culturais. Esse recurso é bastante utilizado por museus em todo mundo e recomendado por especialistas na preservação do patrimônio histórico.

Foto 3 - Fachada do Museu da Democracia em Curitiba.



Fonte: YVA Arquitetura.

Foto 4 - Projeto do terraço do Museu da Democracia em Curitiba.



Fonte: YVA Arquitetura.

Quanto à museografia do “Museu de Democracia”, o objetivo é seguir a premissa da linha crítica que perpassa emblemáticos museus no Brasil, como é o exemplo do Museu de Arte de São Paulo (MASP). De acordo com o plano museológico, elaborado por Marla Prado, a ênfase é provocar imaginários, narrativas, discursos, agências, regimes visuais e ópticos, compreendidos dentro de relações desiguais de poder e, ainda, estreitar o diálogo com a sociedade, evocando a sua participação. Marla é doutora em museologia e patrimônio pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), tendo trabalhado em instituições como o Museu da Imagem e Som (MIS), em São Paulo, o Paço das Artes, o Museu de Artes do Rio (MAR), no Centro Cultural FIESP/SESI-SP e no Museu da Faculdade de Direito da USP.

Por fim, a logomarca do “Museu da Democracia” foi produzida *pro bono* por Marina Willer sócia do conceituado estúdio Pentagram Design, em Londres, e por sua equipe. Ela tem em seu currículo marcas como a Tate Gallery, Museu de História Natural de Londres, Anistia Internacional, Oxfam, Ópera Ballet de Flandres, Fundação Moholy-Nagy, Rolls Royce Motor-Cars, Oi-Brasil, Nubank, entre outras. Curitibana, Marina participou do lançamento das “Diretas Já” em 1984, o que considera um episódio marcante em sua vida e inspirador

Cadernos Cedec, n. 141, 2025

para a sua inestimável contribuição para o Museu da Democracia. Em sua criação, ela se fundamenta na estética do modernismo, nas construções de Brasília, no estilo arquitetônico do prédio dos Correios e no projeto de adaptação museológica realizado, além de trazer um estilo contemporâneo na aplicação das cores que se associam à bandeira brasileira de forma mais vibrante e digital.

Foto 5 - Logomarca do Museu da Democracia a ser instalado em Curitiba.



Fonte: Pentagram/Londres – Marina Willer, Cleber Campos, Rita Desport, Charlotte Harmsworth

Diante do exposto, a proposta de instalação do “Museu da Democracia” em Curitiba se firma em seu conceito, recorte temporal, posicionamentos e projetos, conforme aqui apresentados e, atualmente, é considerada por diversos órgãos, dentre eles, o Observatório da Democracia da Advocacia-Geral da União, como uma das mais avançadas do país. Ela segue em busca de apoios e de resolução para que o museu tenha como sede o prédio histórico dos Correios. Assim como a Emenda “Dante de Oliveira” que em seu desfecho se tornou um sonho adiado, mas logo concretizado com o término da ditadura militar no Brasil, o “Museu da Democracia” resiste em sua proposição.

Referências bibliográficas

- LIMONGI, M. I. O conceito de Democracia do Museu da Democracia: parâmetros teóricos. In: *Plano Básico do Museu da Democracia, relatório inicial do Partido Curatorial: posicionamento museológico e conceitos*. Curitiba-PR, Instituto Declatra, 2024. Disponível em: <https://www.ideclatra.com.br/projetos> (<https://drive.google.com/file/d/1qozVt4XivDT7KcUUKJJJaNCuAfNiu6PAb/view?usp=sharing>)
- LIMONGI, M. I.; CORRÊA, A. S.; AGUIAR, V. *Plano Básico do Museu da Democracia, relatório inicial do Partido Curatorial: posicionamento museológico e conceitos*. Curitiba-PR, Instituto Declatra, 2024. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1qozVt4XivDT7KcUUKJJJaNCuAfNiu6PAb/view?usp=sharing>
- SILVA, A. M. D.; CODATO, A. N. [Plano Básico do Museu da Democracia, relatório final do Partido Curatorial: Diretas Já e a redemocratização brasileira](#). Curitiba-PR, Instituto Declatra, 2024. Disponível em: <https://www.ideclatra.com.br/projetos> (https://drive.google.com/file/d/1ZxbL3BpYm9vXn2O_Y0NGvY4l-Ndvz1QI/view?usp=sharing)

O ACERVO DIGITAL CEDEC-CEIPOC:

Objeto, objetivos e impactos⁰¹

Celly Cook Inatomi⁰²

Pedro Henrique Vasques⁰³

Andrei Koerner⁰⁴

Este artigo apresenta o projeto, as atividades, resultados e desdobramentos da pesquisa “Desenvolvimento de um Acervo Digital com experiências de pesquisa e diagnósticos sobre a democracia constitucional brasileira” até dezembro de 2024. Inicialmente, são apresentados o objeto e objetivos da pesquisa, o projeto do “Acervo Digital” e os resultados alcançados em um momento anterior. Em seguida, faz-se uma descrição sucinta das atividades realizadas no período e são descritos os desdobramentos alcançados, as dificuldades e obstáculos enfrentados. Por fim, apresentam-se os desdobramentos da pesquisa atual e as conclusões.

1. A Pesquisa: objetivos, atividades e resultados

1.1 Objeto e objetivo da pesquisa

A pesquisa tem como objeto o desenvolvimento de um acervo digital, que é um “banco de experiências e diagnósticos” de pesquisadores/as, intelectuais e ativistas sobre a democracia constitucional brasileira e sua crise. O objetivo acadêmico geral da pesquisa é produzir elementos para caracterizar as formas de problematização sobre a situação atual e formular proposições teóricas, hipóteses e questões de pesquisa a respeito do pensamento político brasileiro no presente.

01. Este capítulo reproduz trechos de publicações e documentos da equipe e de pesquisadores/as individuais do “Acervo Digital Cedec-Ceipoc” citados na bibliografia, notadamente o capítulo de descrição das práticas e documentos da pesquisa publicado no *Caderno Cedec* n. 142, de agosto de 2025.

02. Professora Colaboradora do PPGCP/Unicamp, pesquisadora do Programa de Pós-doutorado em Gestão de Pesquisa da Unicamp, pesquisadora do Ceipoc-IFCH/Unicamp e associada do Cedec.

03. Pós-doutorando junto ao Depto. de Ciência Política-IFCH/Unicamp, pesquisador do Ceipoc-IFCH/Unicamp e associada do Cedec.

04. Professor Associado do Depto. de Ciência Política-IFCH/Unicamp, coordenador do Ceipoc-IFCH/Unicamp e pesquisador associado do Cedec.

1.2 O “Acervo Digital Cedec-Ceipoc”

O “Acervo Digital Cedec-Ceipoc”⁰⁵ foi criado em 2019 pelo Centro de Pesquisas sobre Cultura Contemporânea (Cedec) e o Centro de Estudos Internacionais e Política Contemporânea (Ceipoc) do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) com recursos da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp), do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e do Fundo de Apoio ao Ensino, Pesquisa e Extensão (Faepex) da Unicamp. Sua equipe é formada por dez pesquisadores/as doutores/as em Ciência Política, Sociologia, Direito e História, de diferentes Universidades brasileiras (Unicamp, Universidade Federal Fluminense (UFF), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Universidade Estadual de Londrina (UEL), Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), Universidade Regional do Cariri (URCA) e Universidade Estadual de Minas Gerais (UEMG)), além de assistentes de pós-graduação e graduação, que também são discentes de diferentes cursos e instituições. A pesquisa propõe reunir experiências e diagnósticos elaborados por pesquisadores/as, intelectuais e ativistas, de modo a estabelecer frentes de diálogo sobre a democracia constitucional brasileira e sua situação crítica atual.

O site do “Acervo Digital”, em funcionamento desde 2022, organiza-se como um *blog* que adota política de acesso livre para que os seus resultados possam ser disponibilizados e amplamente divulgados em mídias digitais na forma de vídeos, artigos curtos e trechos de entrevistas. Essas últimas são inseridas no site e organizadas em coleções, catalogadas e indexadas, o que torna a busca precisa e a divulgação mais ágil. A página virtual é ainda organizada segundo os parâmetros da arquivística para um museu digital, em que os documentos são catalogados e identificados por meio de metadados, o que torna as informações identificáveis de modo estável e facilmente localizadas. Com as ferramentas presentes no “Acervo” é possível encontrar, de forma organizada, conteúdo das entrevistas, bem como as pesquisas já concluídas ou em andamento dos/as entrevistados/as, favorecendo o diálogo e promovendo uma agenda atualizada de pesquisa em humanidades. O site também serve de infraestrutura informática compartilhada para a própria equipe, em que os materiais produzidos podem ser usados em novas pesquisas, tanto pela equipe quanto por terceiros. Os vídeos das entrevistas podem ser editados para uso em minicursos, postagens em mídias sociais ou material didático para divulgação para o público em geral, contribuindo para a qualificação

05. Acesse em: <http://acervodigital.cedec.org.br/>.

da formação e do debate público no país. Desse modo, o “Acervo” combina em um mesmo suporte informatizado: a produção de conhecimentos acadêmicos, ensino e difusão.

A proposta do “Acervo Digital” foi elaborada a partir da reflexão sobre as possibilidades de pesquisa em Ciência Política no campo das tecnologias digitais e a iniciativa partiu de uma dupla constatação. Em primeiro lugar, que a instabilidade política e as incertezas quanto à continuidade da ordem constitucional democrática, na última década, configuram uma situação de média a longa duração que tem implicações para as formas de pesquisa e reflexão intelectual sobre a política brasileira. Em segundo, que as tecnologias digitais produzem instrumentos e abrem espaços para a promoção de outras articulações entre pesquisa acadêmica, formação e difusão, inclusive experimentações daquelas tecnologias e a produção de conhecimento.

O “Acervo” não é tão somente uma plataforma, mas também um modo de pensar a pesquisa em Ciências Sociais que parte da crítica às tendências predominantes nas tecnologias digitais. Por isso, ele procura reunir o que usualmente não é captado, seja nos resultados publicados das pesquisas ou nos dados e informações disponíveis *online*: a experiência consciente e refletida do/a pesquisador/a que traz à cena as suas escolhas, suas práticas, os obstáculos, bem como as mudanças e redefinições de seus interesses de pesquisa. Portanto, visa-se produzir um conhecimento novo, servir de fonte para outros/as pesquisadores/as e, além disso, colocar à baila a dimensão (inter)subjetiva da pesquisa, enquanto experiência e prática situada em condições sócio-históricas determinadas com as quais ela necessariamente dialoga.

As fontes do projeto são entrevistas semiestruturadas e materiais de pesquisas sobre os trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte (1987-1988) e a situação crítica atual. A referência metodológica é a história oral, que serve para realizar entrevistas com pesquisadores/as e intelectuais selecionados/as pela sua relevância no debate público da atualidade. As entrevistas são realizadas de modo virtual e as gravações são transcritas, revisadas pelos/as entrevistados/as e editadas. São publicados no site o áudio e/ou vídeo e o texto editados de cada entrevista. Cada texto é indexado e são criados *hiperlinks* para as fontes e outras referências armazenadas no Acervo. A indexação refere-se não só aos aspectos formais do documento, mas ao seu conteúdo, de modo a permitir a pesquisa por temas que abranjam mais de uma entrevista.

No início, o “Acervo” tinha duas coleções principais: “Experiências de Pesquisa”, que contém entrevistas com pesquisadores/as sobre a democracia constitucional brasileira; e, “Memória da Constituinte”, coordenada pelo professor Antônio Sérgio Rocha, da Unifesp, e financiada pelo CNPq e a Fapesp, com depoimentos de protagonistas e pesquisadores/as sobre o processo de transição democrática e a Assembleia Constituinte de 1987-1988. Em 2023, foram criadas outras duas novas coleções: “Memória do PPGCP”, com entrevistas das experiências e memórias de docentes do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Unicamp, por ocasião da comemoração dos seus 50 anos, financiado pelo Programa de Excelência Acadêmica (PROEX)/Capes; e, “Trabalho em Trajetória”, coordenada pelo professor Roberto Veras da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), que contém entrevistas de pesquisadores/as de Sociologia do Trabalho no Brasil. Em 2025, foi criada uma outra coleção, chamada “3D – Democracia, Desenvolvimento e Direitos”, financiada pelo Edital Pró-Humanidades de 2022 do CNPq, coordenada pelo professor José Henrique Artigas de Godoy da UFPB. Também há duas coleções complementares: “Biografias”, que traz informações sobre os/as entrevistados/as; e, “Materiais de Apoio”, na qual se veiculam as referências bibliográficas e outras fontes de informações associadas às entrevistas, como as gravações dessas ocasiões.

No segundo semestre de 2024, foi iniciado o projeto “Regulação do mercado de trabalho”, coordenado por Lígia Barros de Freitas (UEMG) e tem como pesquisadores/as Karen Artur e Jean Filipe Domingos Ramos, da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), e Pedro Augusto Gravatá Nicoli, da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Com a previsão de realização de 16 entrevistas com pesquisadores/as sobre o tema, seu objetivo é explorar como eles/as têm analisado as mudanças nas formas de gestão do trabalho na última década, em particular sob o impacto da chamada Reforma Trabalhista de 2017. O projeto foi aprovado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (Fapemig) e sua implementação foi iniciada no final do ano.

Desse modo, a vocação do “Acervo Digital” é constituir um espaço colaborativo e aberto de produção de pesquisas e intercâmbio de informações entre pesquisadores/as e servir para informar o público acadêmico e todas as pessoas interessadas na defesa pública dos valores democráticos e da (re)construção de uma democracia constitucional e inclusiva no Brasil⁰⁶.

06. As entrevistas foram catalogadas e estão disponíveis também no Repositório Institucional da Unicamp. Disponível em: <https://www.repositorio.unicamp.br/>.

2. Resultados alcançados até dezembro de 2024

Apresentam-se a seguir os resultados de produção e publicação das entrevistas e a divulgação da pesquisa.

2.1 Preparação e publicação de entrevistas

Entre 2019 até dezembro de 2024, foram publicadas 29 entrevistas na coleção “Memórias da Constituinte” e, para a coleção “Experiências de Pesquisa”, haviam sido realizadas 11 entrevistas, das quais oito estavam publicadas, e mais duas estavam para serem finalizadas. A coleção “50 Anos do PPGCP” contava com nove entrevistas realizadas, das quais seis foram publicadas e uma estava agendada. Para o mesmo período e quanto à coleção “3D”, quatro entrevistas já tinham sido realizadas e duas estavam agendadas para acontecer nos próximos meses. Os resultados desses esforços foram apresentados em encontros acadêmicos e publicados como livros, capítulos, artigos e dossiês em revistas científicas.

Além disso, a equipe do “Acervo” organizou, no IFCH/Unicamp, Jornadas de apresentação dos trabalhos de pesquisadores/as do Acervo, do Ceipoc, de discentes do PPGCP/Unicamp, Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais (PPGRI) San Tiago Dantas e convidados/as. Foram dois encontros em 2023 e outros dois em 2024. Esses momentos de reflexão tiveram como público discentes de graduação e pós-graduação, além de pesquisadores/as e docentes da Unicamp e de outras universidades.

2.2 Divulgação e Impactos

Desde o início da pesquisa, os/as integrantes da equipe participam de eventos públicos e realizam atividades de extensão em suas Universidades, assim como publicam artigos em *blogs*, tais como o Boletim Lua Nova. Todavia, a principal forma de difusão dos resultados do “Acervo” consiste em publicações na Internet e redes sociais. Uma parte da equipe, com o apoio de bolsistas-trabalho, seleciona trechos das entrevistas para *flyers* postados em redes sociais, sites e enviados para listas de e-mails. A equipe cuida que o aspecto visual e a linguagem dos *flyers* seja simples e atrativa para despertar a atenção de um público heterogêneo, não interessado à primeira vista nos temas de pesquisa abordados. A preocupação com a ampliação do público, porém, não implicou na contratação da sua divulgação e os números apresentados a seguir referem-se a acessos orgânicos, isto é, sem impulsionamento pago.

2.2.1 Acessos ao site e downloads

Entre 2023 e dezembro de 2024, o site do “Acervo” registrou 8.820 acessos realizados por 1.820 usuários diferentes⁰⁷. Em relação às entrevistas e seus materiais, nesse período, verificou-se 1.765 acessos e 521 downloads feitos pelo site. Soma-se a esses resultados aqueles extraídos do Repositório Institucional da Unicamp, onde os materiais da “Coleção Experiências de Pesquisa” e “50 anos do PPGCP/Unicamp” estão também arquivados. Nesse caso, foram registrados 887 acessos e 687 downloads, que foi possível pela indexação do repositório da universidade a inúmeras bases de dados internacionais. Os números de acessos e downloads das entrevistas realizadas pela equipe do Acervo Digital são os seguintes:

Quadro 1 – Dados de acessos e downloads (entre 2023 e 2024)

#	Entrevistado (a)	Site do Acervo		Repositório Unicamp***		Canal Youtube
		Acessos	Downloads	Acessos	Downloads	Visualizações
01	Cícero Araújo	62	19	143	68	182
02	Débora Alves Maciel	61	20	46	48	*
03	Walquíria Leão Rego	44	16	166	73	195
04	Fabiano Engelmann	28	14	203	67	274
05	Luiz C. Bresser Pereira	74	16	199	150	211
06	André Singer	52	17	39	95	541
07	Cristiano Paixão	64	19	37	85	219
08	Gisele Cittadino	55	13	33	96	109
09	Shiguenoli Miyamoto	80	40	1	0	168
10	Rachel Meneguello	138	48	3	0	141
11	Sebastião Velasco e Cruz	77	60	5	1	35
12	Armando Boito Jr.	12	4	8	4	943
13	Sônia Draibe	6	2	1	0	38
14	Paulo Sérgio Pinheiro	7	7	3	0	**

* vídeo não liberado pela entrevistada.

** não está no repositório/Youtube.

*** por conta de instabilidade na base de dados, a contagem de acessos e downloads foi reiniciada.

Fonte: Dados da equipe do Acervo Digital.

2.2.2 Pessoas e visualizações no Youtube

Os vídeos das entrevistas também estão disponíveis no canal Youtube do Cedec⁰⁸. O canal @CedecLuaNova tem, em dezembro de 2024, 445 pessoas inscritas, e disponibiliza 37 vídeos, sendo 15 deles das entrevistas do “Acervo Digital Cedec-Ceipoc”. Os dados de visualização estão na tabela acima.

07. Os dados detalhados estão no anexo.

08. Acesse em: <https://www.youtube.com/c/cedecluanova>.

2.2.3 Instagram

A conta no Instagram “Acervo Digital Cedec-Ceipoc”⁰⁹ existe desde 15 de junho de 2022. O perfil tem 241 seguidores e foram feitas, até o momento, 153 publicações, apresentando um aumento contínuo ao longo do tempo.

Quadro 2 – Dados sobre Instagram

	Abril de 2024	Agosto de 2024	Dezembro de 2024
Número de seguidores	214	228	241
Total de publicações	140	144	153

Fonte: Dados da equipe do Acervo Digital.

Entre junho de 2022 e dezembro de 2024, as respostas dos usuários em números gerais da conta são: 1340 curtidas, 5995 visualizações, 3111 contas alcançadas, 51 compartilhamentos, 10 comentários e 28 postagens salvas. As entrevistas da “Coleção Experiências de Pesquisa” tiveram 354 curtidas e 989 visualizações, enquanto a “dos 50 anos do PPGCP” foram 244 e 2779, respectivamente. A partir do conjunto de publicações e analisando os conjuntos específicos de entrevistas, é possível dizer que essa última coleção teve destaque, seguida pela “Experiências de Pesquisa e Memória da Constituinte”.

Quadro 3 – Comparativo entre postagens

Coleção	Curtidas	Visualizações	Contas Alcançadas	Compartilhamentos	Comentários	Salvo	Total	%
50 anos PPGCP	321	3428	1776	28	5	10	5568	53
Eventos	248	1578	1335	20	3	7	3191	30
Experiências de pesquisa	354	989	0	3	0	5	1351	13
Memória da Constituinte	324	0	0	0	1	3	328	3
Outros	42	0	0	0	1	3	46	0
Chamada para artigos	43	0	0	0	0	0	43	0
Conheça o Acervo	8	0	0	0	0	0	8	0
Total	1340	5995	3111	51	10	28		100

Fonte: Dados da equipe do Acervo Digital.

09. Acesse em: https://www.instagram.com/acervo_digital_cedec_ceipoc/.

2.2.4 Abrangência territorial

O “Acervo” foi acessado por usuários de 31 países, além do Brasil. No Brasil, houve 280 acessos (A) e 225 Downloads (d). No exterior, o destaque é para usuários provenientes dos Estados Unidos (509 A e 290 D), Letônia (36 A e 64 D), Federação Russa (26 A e 8 D) e Alemanha (12 A e 20 D), respectivamente. Esses dados permitem inferir que o perfil do público que usa o “Acervo” é heterogêneo. Ou seja, a combinação da divulgação pelo site, repositório e postagens nas redes sociais permitem alcançar um público mais amplo que o acadêmico.

Assim, o projeto combina, em sua própria concepção, pesquisa para produzir resultados originais, produção de materiais de ensino e divulgação científica. Os esforços de difusão visam tanto aumentar o número de usuários do site quanto ampliar o público, com o objetivo de alcançar um conjunto amplo de pessoas potencialmente interessadas em informações qualificadas sobre a situação atual da democracia constitucional brasileira.

2.3 Foco e produtos

Ao longo da pesquisa, o foco e objetivo acadêmico geral do trabalho intelectual realizado sobre os materiais produzidos vem sendo melhor definidos. A proposta inicial do “Acervo Digital” era, principalmente, recolher, divulgar e dialogar com pesquisadores/as que elaboraram diagnósticos sobre a dinâmica política crítica da democracia brasileira na última década. A preocupação tinha como foco os impactos do processo político atual para as formas de análise e reflexão sobre os problemas, impasses e perspectivas sobre o tema. Ao longo do período, foi ficando evidente que o foco da pesquisa recai no pensamento político sobre a democracia brasileira e sua crise, produzido por pesquisadores/as brasileiros/as, sendo caracterizado por meio da análise dos materiais da pesquisa – entrevistas, sobretudo – conjugados com a produção intelectual dos/as entrevistados/as, bem como a produção acadêmica de outros/as pesquisadores/as e intelectuais. Alguns passos nessa direção foram dados em artigos publicados em 2024¹⁰, dos quais são reproduzidos alguns trechos a seguir. Ou seja, as entrevistas e seus materiais servem, evidentemente, de fonte para pesquisas sobre os/as entrevistados/as ou as questões por eles/as tratadas, ao mesmo tempo em

10. Ver: Koerner, Inatomi e Vasques, 2024; Koerner, Troiano e Freitas, 2024; Koerner, Troiano e Oliveira, 2024; Koerner e Vasques, 2024.

que podem ser a base para indagações mais amplas sobre teorias, ideias ou pensamento político. Mas não há pretensão, neste projeto, de assumir uma posição de sobrevoo, ‘meta’ teórica ou histórica, em relação às análises dos/as entrevistados/as ou a produção acadêmica atual. Isto é, não se tem por objetivo realizar um trabalho de revisão bibliográfica e análise conceitual das entrevistas com a pretensão de elaborar uma suposta teoria global da crise da democracia constitucional brasileira.

Os resultados acadêmicos desta pesquisa, portanto, definem-se como sócio-históricos, voltados a problematizar a democracia constitucional no tempo presente. Ela se coloca na confluência entre a ontologia do presente de Foucault, a sociologia como problematização do contemporâneo de Castel e a história do tempo presente, em um contexto em que se abalaram as referências normativas centrais da democracia constitucional. Desse modo, trata-se menos de encontrar pontos críticos para colocar em questão a normalidade por meio de uma pesquisa histórica em profundidade e mais sobre indagar os desafios urgentes postos pela própria atualidade. Ao invés de tomar como ponto de partida um determinado diagnóstico de crise, como o da democracia enquanto regime ou os efeitos sobre a política de processos provocados por dinâmicas estruturais, o projeto considera a própria diversidade de diagnósticos e problemas postos para discutir as maneiras pelas quais temos pensado a democracia constitucional.

De um ponto de vista metodológico, as entrevistas transcritas formam um arquivo com distintas análises sobre a situação atual, produzidas em condições semelhantes. A partir delas e dos trabalhos dos/as entrevistados/as o projeto será capaz de realizar uma comparação de conteúdo. A análise das entrevistas pode caracterizar como os/as depoentes mobilizaram os sentidos da democracia, desenvolvimento e direitos, e os relacionaram com a Constituição, mesmo quando essa não tenha sido uma pergunta diretamente realizada, podendo-se, a partir disso, construir uma espécie de mapa das formas de problematização da situação atual. Esse mapa contém os principais temas de análise, os contrastes do presente com o passado, as marcas temporais das mudanças, os atores e fatores mobilizados para a sua explicação etc. Noutra direção, pode-se examinar diacronicamente suas mudanças teóricas a partir dos dilemas enfrentados, individual ou coletivamente, pelos/as pesquisadores/as e as soluções que a eles/as se apresentaram. São evidenciados, por um lado, mudanças nos temas, teorias e práticas de pesquisa de cada entrevistado/a e, por outro lado, as similitudes e diferenças entre eles/as.

A pesquisa permite caracterizar formas variadas de pensar a democracia constitucional e sua crise, bem como as fissuras que definem a (possível) emergência de novos modos de problematizar a questão democrática na atualidade. Em resumo, a análise procura extrair indicadores qualitativos tais como ideias, abordagens, conceitos, técnicas, tratando-os em função das condições epistêmicas de sua enunciação, definindo um campo conceitual de termos relacionados, as relações entre disciplinas adjacentes, assim como a situação política e social de sua enunciação. Isso ilustra o objetivo mais amplo, qual seja: a busca por um pensamento político do presente na produção acadêmica brasileira da atualidade.

2.4 Desdobramentos

O “Acervo Digital” produz resultados que representam uma produção científica original, materiais de ensino e recursos para a difusão de conhecimento. Sua plataforma e metodologia podem ser replicadas em outros projetos e ser estendidas para outros campos, abrindo-se novas coleções sobre outros temas, tais como direitos humanos, por exemplo. Além disso, esta pesquisa contribui para a reflexão sobre as formas de inovação tecnológica no país, na medida em que questiona o contexto atual de disseminação de tecnologias digitais e seus efeitos sobre as instituições e práticas da democracia constitucional. Ao mesmo tempo, ela permite elaborar formas próprias de uso das tecnologias e estratégias de produção de pesquisas acadêmicas integradas aos usos sociais dessas tecnologias.

Em termos de projetos específicos, os desdobramentos atuais da pesquisa são novos projetos de pesquisa e a criação de grupos e parcerias. O “Acervo Digital” foi incluído na proposta de renovação do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia sobre os Estados Unidos (INCT-Ineu) submetida ao CNPq em 09 de dezembro de 2024¹¹. Nele, foram previstas entrevistas com pesquisadores/as brasileiros/as e estrangeiros/as sobre a atualidade na política, segurança e economia internacional envolvendo os Estados Unidos, outras potências e a América Latina, bem como as suas implicações para o Brasil. Diante disso, serão criadas coleções no “Acervo Digital” para abrigar esse novo conjunto de entrevistas. Sua realização poderá contar com a expertise dos pesquisadores/as e comunicadores que já atuam no INCT-Ineu e realizam entrevistas na série “Diálogos Ineu”, no Observatório Político dos Estados Unidos (OPEU) e no Latino Observatório. Outra possibilidade de sua expansão temática seria sobre “o tempo das catástrofes” acerca da questão climática, sanitária e segurança alimentar.

11. O projeto de renovação do (INCT-Ineu) foi aprovado pelo CNPq em abril de 2025.

Além disso, pretende-se submeter projetos de pesquisas similares ao atual ao CNPq, à Fapesp e fundações de outros estados. Ao CNPq, poderão ser solicitados recursos nos editais universal e de Ciências Sociais para a continuação da “Coleção Experiências de Pesquisa” e da “Memória da Constituinte”, assim como para novos projetos, tais como uma coleção das memórias dos pesquisadores do Cedec, em comemoração aos seus 50 anos, ou de ativistas de direitos humanos. Recentemente, a pesquisa aprovada pela Fapemig anima os/as pesquisadores/as a buscarem financiamento junto às fundações de seus estados, em particular no Rio de Janeiro e Ceará. Trata-se, porém, de cogitações que deverão ser amadurecidas, embora elas permitam evidenciar algumas possibilidades de ampliação e fortalecimento do “Acervo Digital”.

Conclusão

O “Acervo Digital” tornou-se uma realidade. Começou a ser implementado em 2019, com a atuação voluntária de pesquisadores-doutores/as do Cedec. Hoje, ele conta com uma equipe estável de pesquisadores-doutores/as, assistentes e auxiliares de pesquisa, que produzem conhecimento novo, contam com financiamentos de várias fontes e têm seus resultados de pesquisa divulgados em publicações científicas e outros meios. Seu site é mantido com quatro coleções principais, três projetos de pesquisa financiados, várias parcerias e, ainda, um conjunto de atividades complementares que produzem resultados acadêmicos e outros produtos para o público geral. Os impactos em termos de recepção desse projeto são significativos, tendendo a aumentarem à medida em que o “Acervo” tiver maior reconhecimento e divulgação nos meios acadêmicos e intelectuais brasileiros.

A partir da definição do foco da pesquisa no pensamento político da atualidade no Brasil, a equipe analisará as entrevistas a fim de fazer uma apreciação de conjunto sobre as mudanças no trabalho de pesquisadores/as de Ciências Sociais sobre a política na última década. Essas mudanças referem-se, primeiro, à relação dos/as pesquisadores/as com os eventos imediatos e com a sua tomada de posição pública em defesa da democracia e do Estado de Direito. Uma segunda mudança diz respeito à ampliação das formas de atuação, não tanto centradas nos meios usuais de publicações acadêmicas e artigos de opinião, mas expandidas para publicações em redes sociais e sites, além da participação em protestos e outros formatos de ação coletiva em espaços profissionais, associativos e partidários. Por fim, e especificamente no campo da pesquisa, vê-se a mudança na maneira de trabalhar no que diz respeito aos objetos, métodos e objetivos do trabalho intelectual. É fundamental destacar

a historicidade nas análises, isto é, às relações entre os acontecimentos e a temporalidade, dado que esse esforço parece ser atravessado pelo imperativo de compreender a significação e impacto dos acontecimentos em curso, fazer prospecções e reavaliar o passado.

A integração do “Acervo” ao projeto do INCT-Ineu trará novos desafios à equipe, conduzindo entrevistas sobre experiências de pesquisa a respeito da política internacional na atualidade.

Referências Bibliográficas¹²

- KOERNER, Andrei; INATOMI, Celly C.; OLIVEIRA, Yasmin G. *Cadernos Cedec*. Dossiê: Documentos Internos do Acervo Digital Cedec-Ceipoc, n. 142, agosto de 2025 (no prelo).
- KOERNER, Andrei; INATOMI, Celly Cook; VASQUES, Pedro Henrique. Desestabilização da democracia Constitucional e Política de Direitos no Mandato de Jair Bolsonaro (2019-2022). *Revista Novum Jus*. Disponível em: <https://novumjus.ucatolica.edu.co/article/view/5428>.
- KOERNER, Andrei; TROIANO, Mariele; FREITAS, Lígia Barros de. A Democracia Constitucional em questão – política, direito e história no tempo presente. *Revista Tempo e Argumento*. v. 16, n. 41, p. e0104, 2024. DOI: <https://doi.org/10.5965/2175180316412024e0104>.
- KOERNER, Andrei; TROIANO, Mariele; OLIVEIRA, Lucas Baptista de. Acervo Digital Cedec-Ceipoc: um banco de experiências e diagnósticos sobre a democracia constitucional brasileira no presente. *Resgate: Revista Interdisciplinar de Cultura*. v. 33, n. 00, p. e025007, 2025. DOI: 10.20396/resgate.v33i00.8676178. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/resgate/article/view/8676178>.
- KOERNER, Andrei; VASQUES, Pedro Henrique. Da crise política à crítica da atualidade: democracia e Constituição no tempo presente. *Lua Nova*, n. 123, 2024. DOI: <https://doi.org/10.1590/0102-123017ak/123>.
- KOERNER, Andrei e Equipe do Acervo Digital – CEDEC. Acervo Digital: experiências de pesquisa e diagnósticos sobre a democracia constitucional brasileira. *Boletim Lua Nova*. Postado em 03/05/2022. Disponível em: <https://boletimluanova.org/acervo-digital-experiencias-de-pesquisa-e-diagnosticos-sobre-a-democracia-constitucional-brasileira/>.

12. A lista completa de publicações dos/as pesquisadores/as do Acervo Digital até dezembro de 2024 será publicada em Cadernos Cedec n. 142 (no prelo).

Entrevistas publicadas até dezembro de 2024

- ARAÚJO, Cícero (entrevistado). BELINELLI, Leonardo; BAPTISTA, Lucas. A política como questão: república, cidadania e a crise contemporânea: entrevista. KOERNER, Andrei (coord.). *Acervo digital CEDEC-CEIPOC: experiências de pesquisa e diagnósticos sobre a democracia constitucional brasileira*. São Paulo: [s.n.], 2022. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.12733/8248>.
- BOTTO JUNIOR, Armando (entrevistado); BAPTISTA, Lucas (entrev.) et al. Estado, capitalismo e classes sociais no Brasil. *Acervo digital CEDEC-CEIPOC: experiências de pesquisa e diagnósticos sobre a democracia constitucional brasileira*. São Paulo: [s.n.], 2024. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.12733/24316>.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos (entrevistado); VIEIRA, Wilson; BAPTISTA, Lucas (entrev.). A alternativa novo desenvolvimentista ao capitalismo neoliberal. KOERNER, Andrei (coord.). *Acervo digital CEDEC-CEIPOC: experiências de pesquisa e diagnósticos sobre a democracia constitucional brasileira*. São Paulo: [s.n.], 2022. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.12733/8254>.
- CRUZ, Sebastião Carlos Velasco e (entrevistado); VASQUES, Pedro Henrique Ramos Prado (entrev.) et al. Economia e política: do nacional ao internacional e vice-versa, passando pelos Estados Unidos. *Acervo digital CEDEC-CEIPOC: experiências de pesquisa e diagnósticos sobre a democracia constitucional brasileira*. São Paulo: [s.n.], 2024. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.12733/24314>.
- ENGELMANN, Fabiano (entrevistado). INATOMI, Celly C.; BATISTA, Lucas. Internacionalização das elites jurídicas e combate à corrupção no Brasil: entrevista com. Em KOERNER, Andrei (coord.). *Acervo digital CEDEC-CEIPOC: experiências de pesquisa e diagnósticos sobre a democracia constitucional brasileira*. São Paulo: [s.n.], 2022. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.12733/8266>.
- MACIEL, Débora Alves (entrevistada); INATOMI, Celly (entrev.); KOERNER, Andrei. O Controle dos Protestos no Brasil. KOERNER, Andrei (coord.). *Acervo digital CEDEC-CEIPOC: experiências de pesquisa e diagnósticos sobre a democracia constitucional brasileira*. São Paulo: [s.n.], 2022. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.12733/12677>.
- MENEGUELLO, Rachel (entrevistado); TROIANO, Mariele (entrev.) et al. A institucionalização dos estudos sobre partidos e comportamento político no PPGCP Unicamp. *Acervo digital CEDEC-CEIPOC: experiências de pesquisa e diagnósticos sobre a democracia constitucional brasileira*. São Paulo: [s.n.], 2023. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.12733/24285>.

- MIYAMOTO, Shiguenoli; OLIVEIRA, Lucas B.; SCHERMA, Márcio. Geopolítica e Relações Internacionais: do PPGCP à sua institucionalização na pós-graduação brasileira. *Acervo digital CEDEC-CEIPOC: experiências de pesquisa e diagnósticos sobre a democracia constitucional brasileira*. São Paulo: [s.n.], 2023. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.12733/24304>.
- PAIXÃO, Cristiano (entrevistado); INATOMI, Celly Cook; CARVALHO, Claudia Paiva (entrev.). Crise desconstituente e os silêncios ativos da história. *Acervo digital CEDEC-CEIPOC: experiências de pesquisa e diagnósticos sobre a democracia constitucional brasileira*. São Paulo: [s.n.], 2022. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.12733/12688>.
- PINHEIRO, Paulo Sérgio (entrevistado); VRECHE, Carla Cristina (entrev.) et al. Da história do movimento operário às lutas pelos direitos humanos: uma trajetória de pesquisa e ação. *Acervo digital CEDEC-CEIPOC: experiências de pesquisa e diagnósticos sobre a democracia constitucional brasileira*. São Paulo: [s.n.], 2024. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.12733/24315>.
- REGO, Walquíria Leão (entrevistada); BAPTISTA, Lucas; INATOMI, Celly (entrev.). O sofrimento social como categoria política: entrevista com. KOERNER, Andrei (coord.). *Acervo digital CEDEC-CEIPOC: experiências de pesquisa e diagnósticos sobre a democracia constitucional brasileira*. São Paulo: [s.n.], 2022. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.12733/8257>.
- SINGER, André (entrevistado); BELINELLI, Leonardo; BAPTISTA, Lucas; KOERNER, Andrei (entrev.). O lulismo na crise da democracia sob uma perspectiva de classe. KOERNER, Andrei (coord.). *Acervo digital CEDEC-CEIPOC: experiências de pesquisa e diagnósticos sobre a democracia constitucional brasileira*. São Paulo: [s.n.], 2022. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.12733/12683>.

DEMOCRACIA E TRABALHO NO BRASIL EM TEMPOS NEOLIBERAIS⁰¹

Lígia Barros de Freitas⁰²

Karen Artur⁰³

Jean Filipe Ramos⁰⁴

A pesquisa, fruto de projeto aprovado em edital de “Demanda Universal”, financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG), irá publicizar entrevistas com pesquisadores/as da regulação das relações trabalhistas, criando a coleção intitulada “Regulação do Mercado de Trabalho”, que será disponibilizada no “Acervo Digital Cedec-Ceipoc”⁰⁵ do Centro de Pesquisas Cultura Contemporânea (Cedec) e Centro de Estudos Internacionais e Política Contemporânea (Ceipoc) do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).. Com isso, as entrevistas fornecerão subsídios para a pesquisa do presente projeto, bem como para demais pesquisadores/as, já que a plataforma é virtual e de acesso gratuito. Seu objetivo é provocar uma análise crítica pela equipe e pelo/a entrevistado/a sobre os eventos ocorridos na área de regulação de trabalho, mapeando abordagens e diagnósticos. Nesse sentido, serão objeto das entrevistas os/as pesquisadores/as que estudam o Judiciário e, principalmente, a Justiça do Trabalho e o Supremo Tribunal Federal (STF), o Ministério Público do Trabalho (MPT), os sindicatos, o Legislativo e os aspectos sociológicos, políticos e econômicos dos direitos trabalhistas.

01. Pesquisa financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG) (Processo nº APQ-01629-24).

02. Universidade do Estado de Minas Gerais, Departamento de Ciências Jurídicas, Programa de Pós-Graduação em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para Inovação (PROFNIT/UEMG, Frutal, MG, Brasil). Bolsista Produtividade da Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa da UEMG (Edital PQ/UEMG 14/2024). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4285-4376>.

03. Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Direito, Departamento de Direito Privado (DDP/FD/UFJF, Juiz de Fora, MG, Brasil). ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3568-912X>.

04. Universidade Federal de Juiz de Fora, Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Faculdade de Direito (FD/ICSA/UFJF-GV, Governador Valadares, MG, Brasil). ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6512-0642>.

05. Acesse em: <https://acervodigital.cedec.org.br/>.

Pretende-se realizar 18 entrevistas. Para tanto, é elaborado um roteiro individualizado para cada entrevistado/a, aprovado pelo Comitê de Ética, que conta com três partes: trajetória profissional; produção acadêmica e perspectivas de futuro, tendo como foco as mudanças institucionais trazidas desde o recorte temporal apresentado. Atualmente, a pesquisa encontra-se em seu primeiro ano.

Parte-se da hipótese de que os acontecimentos políticos ocorridos nos últimos anos, em especial após o impeachment da presidenta Dilma Rousseff (PT), trouxeram grandes implicações para o campo do Direito do Trabalho, aprofundando a precarização das relações de trabalho que já vinha ocorrendo como consequência do neoliberalismo, além do estado de abalo dos princípios da democracia constitucional, principalmente com a Reforma Trabalhista. As consequências desse processo também se fizeram presentes para as pesquisas, as quais se depararam com a erosão de marcos teóricos até então estáveis, como a própria continuidade democrática, em um ambiente ainda mais desfavorável aos direitos do trabalho e à justiça social.

Como referências bibliográficas, no âmbito internacional, destaca-se a obra de Dukes e Streeck (2023), que defendem que a reconfiguração histórica da relação entre estatuto e contrato tem evidenciado a tensão entre a racionalidade social do Direito do Trabalho e a racionalidade individualista da ordem econômica neoliberal. Para esses autores, embora o campo deva ser um espaço legal para o alcance do progresso social por meio da ação coletiva protegida pelo direito de livre associação e de negociação coletiva, as mudanças sociais, tecnológicas, organizacionais e jurídicas estão falhando em reconhecer ou mesmo suprimindo conflitos, ou seja, forjando uma “pseudopaz” no mercado de trabalho e no local de trabalho. Crescentemente, as relações de emprego estão envolvidas por uma ordem privada, mais que por uma democracia industrial, o que tem contribuído para o aumento da desigualdade social.

No Brasil, aponta-se uma coletânea de textos de cientistas sociais que destacam, no período recente, a importância da relação entre a desconstrução das proteções do trabalho e a fragilização da democracia. Na introdução da obra “O Brasil no inferno global: capitalismo e democracia fora dos trilhos”, os autores organizadores analisam que “a ascensão da extrema-direita, Brasil incluído, só pode ser compreendida como produto das crises simultâneas do capitalismo e da democracia, ambas provocadas pelo neoliberalismo” (Singer, Araújo e Rugitsky, 2022, p. 22). Eles notam que as relações

salariais “dão base social à democracia quando devidamente reconhecidas no arcabouço jurídico-constitucional”, mas que precarização do trabalho “é um dos principais mecanismos do período neoliberal”, processo esse agravado quando encontra uma “sociabilidade democrática na periferia que sempre encontrou dificuldades para se enraizar” (Singer, Araújo e Rugitsky, 2022, p. 27). Assim, aprofunda-se a disjuntiva entre direitos anunciados e a difusão da precarização via múltiplas formas contratuais precárias. E a plataformização do trabalho ganha foco na coletânea como expressão mais atual desse processo, a qual, inclusive, embora seja porta de entrada para a atividade laboral dos jovens, impede seu acesso aos direitos formais em um contexto histórico em que esses atores sociais ainda estão construindo formas de solidariedade classista (Braga e Santos, 2022). Além disso, em um dos textos, é apresentada uma chave importante de conhecimento da tensão dessa realidade neoliberal, qual seja: “a democracia capitalista deve proteger a esfera econômica do próprio poder democrático” (Ayers e Saad-Filho, 2022, p. 95). De fato, no preparo dos roteiros das entrevistas já realizadas ou ainda previstas⁰⁶ está presente a preocupação com a desconstrução da proteção trabalhista com a atuação institucional mais marcante, desde a reforma de 2017, para o aumento exacerbado do poder empregatício em detrimento dos direitos individuais e coletivos dos/as trabalhadores/as.

Uma segunda coletânea organizada por pesquisadores/as das Ciências Sociais e do Direito reúne pesquisas sobre a continuidade dos sentidos da Reforma Trabalhista, o papel das instituições judiciais, notadamente o STF, na conformação desses sentidos, os impactos das novas tecnologias no mundo do trabalho, e, por fim, a necessidade de uma nova concertação social para aumento da renda e do trabalho formal (Cardoso, Santos e Crivelli, 2023).

Deste modo, a presente nota propõe-se a apresentar uma revisão crítica inicial das obras dos/as autores/as entrevistados/as, considerando o estágio atual das investigações conduzidas pela equipe de pesquisa, cujos estudos têm servido de base para a elaboração dos roteiros das entrevistas. O foco aqui recairá sobre três aspectos centrais discutidos no âmbito do projeto, cada um dos quais será examinado em uma seção específica deste trabalho. Na primeira parte, serão abordadas as consequências da Reforma Trabalhista para trabalhadores/as e seus direitos, bem

06. Entrevistas já foram realizadas com o Prof. Dr. Adalberto Cardoso, a Profa. Dra. Sayonara Grillo, o Prof. Dr. Guilherme Feliciano e o Prof. Dr. José Dari Krein. Ressalta-se que a entrevista realizada com Dr. Adalberto Cardoso foi realizada pela “Coleção Experiência de Pesquisa” em conjunto com a coleção “Regulação de Mercado do Trabalho”. Ainda em processo de elaboração dos roteiros estão as entrevistas de Andréia Galvão e Roberto Vêras.

como seus impactos sobre a Justiça do Trabalho e os sindicatos. Na segunda, será objeto de análise a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal relativa à constitucionalidade dos dispositivos alterados e criados pela referida Reforma. Por fim, na terceira parte, o foco estará no agravamento do poder patronal no período pós-Reforma Trabalhista, bem como as transformações nas relações laborais diante das novas tecnologias.

1. Os impactos da Reforma Trabalhista para os empregados, a Justiça do Trabalho e os Sindicatos

Segundo Cardoso e Azaïs (2019), a Reforma Trabalhista no Brasil, assim como na França⁰⁷, foi inspirada no discurso da necessidade de flexibilizar uma legislação considerada rígida e que dificultaria a adaptação das empresas às mudanças globais. Embora a promessa de modernização envolvesse a geração de empregos e renda, além de melhoria nas condições de trabalho e crescimento econômico, o resultado da Reforma foi o aumento da insegurança no emprego, na renda e nos direitos trabalhistas. Segundo Krein, ela aprofundou a fragmentação das relações de trabalho, enfraqueceu os sindicatos, aumentou a informalidade no Brasil e resultou em maior deterioração das condições de trabalho. Driblando os dispositivos constitucionais, a reforma infraconstitucional conseguiu estrangular sindicatos com o fim dos impostos sindicais, rebaixar direitos e legalizar uma série de práticas restritivas que já vinham ocorrendo nas negociações coletivas, em especial nas cláusulas para flexibilização da jornada de trabalho, como banco de horas, contrato parcial, liberação do trabalho aos domingos, na compensação individual da jornada, no seu aumento nos turnos de revezamento (Krein, 2018; Krein, Teixeira, 2021).

A Reforma também reduziu o papel dos sindicatos na intermediação das relações individuais de trabalho. Além disso, observou-se um recuo do Estado na regulação trabalhista, com o enfraquecimento — mas não a completa revogação — da norma legal e o discurso de fortalecimento da negociação coletiva. No entanto, mesmo com o enfraquecimento institucional dos sindicatos, no Brasil, as negociações coletivas ainda têm relevância e permanecem garantidas pela Constituição Federal; e isso a despeito das tentativas do STF de flexibilização das normas trabalhistas. Contudo, e

07. Os/as autores/as ressaltam que embora Brasil e França ocupem lugares muito distintos na divisão internacional do trabalho e nas pressões competitivas, em ambos os casos, os motivos utilizados pelos promotores das reformas eram espantosamente semelhantes.

apesar da quantidade de acordos ainda ser expressiva, houve uma redução nas cláusulas negociadas, o que indica que as empresas vêm obtendo êxito em restringir direitos (Cardoso, 2024). Ou seja, apesar da retórica sinalizar que a Reforma Trabalhista estimularia as negociações coletivas, houve uma diminuição dos acordos e negociações coletivas. Em resumo, mesmo em um contexto adverso, com poucas inovações substantivas na ação e organização, as negociações continuam sendo espaço de resistência ao conteúdo da Reforma, mesmo com a maior pressão dos/as empregadores/as para instituírem cláusulas que tentam rebaixar as condições de trabalho (Krein e Galvão, 2018).

Nesse mesmo sentido, Cardoso (2024) aponta o papel de destaque dos sindicatos durante a pandemia da Covid-19 que, por meio de negociações coletivas no caso de categorias mais vulneráveis, tornou obrigatória a adoção de equipamentos de proteção individual em supermercados, além do uso de máscaras e álcool gel, como foi o caso do Sindicato dos Comerciantes do Rio de Janeiro. Outro caso mencionado foi o acordo coletivo do comando nacional dos Sindicatos dos Bancários com a Federação Brasileira de Bancos (Fenaban) para permitir a categoria realizar teletrabalho. O sindicalismo, por outro lado, enfrentou diversos obstáculos, evidenciados por contratos precários, práticas antissindicaais, mudanças na organização da produção e avanços tecnológicos (como a uberização e a inteligência artificial), além da difusão de um discurso falacioso, promovido por empregadores/as, políticos e pela grande imprensa, acerca da suposta necessidade imperiosa de “modernizar” as relações de trabalho. Soma-se a isso a alegação de um pretenso “ativismo” da Justiça do Trabalho, que estaria desrespeitando a legislação ao proferir determinadas decisões.

Ressalta-se também o crescimento do conservadorismo e da extrema direita, particularmente durante o governo de Jair Bolsonaro (2019-2022), período caracterizado por posturas contrárias tanto ao movimento sindical quanto a iniciativas sociais de orientação progressista (Galvão, 2025; Oliveira, 2023). Nesse cenário, os sindicatos enfrentaram o desafio de organizar os chamados “inorganizáveis”⁰⁸, — trabalhadores/as historicamente negligenciados nas pautas sindicais (Oliveira, 2023).

De acordo com Galvão (2015), a intensificação da precarização das condições laborais levou a uma pauta de greves predominantemente defensiva, voltada à preservação das condições existentes de trabalho e à resistência contra o descumprimento de direitos. Embora em número reduzido, em

08. Isso fica evidente com a organização dos/as entregadores/as de aplicativos no ano de 2020, que ficou conhecido como “Breque dos Apps”.

comparação ao período entre 2013 e 2018, essas mobilizações refletem a tentativa de conter retrocessos. Além disso, a autora aponta que os sindicatos continuam enfrentando problemas para mobilizar suas bases e que, de certa maneira, o movimento sindical, além de ter sido fragilizado pela legislação, foi abandonado pelos/as trabalhadores/as, especialmente por aqueles/as tomados/as pelo discurso do “empreendedor de si”. Esse grupo tem rechaçado a intervenção do governo, dos sindicatos e das centrais sindicais, como no caso das discussões que avançam no Projeto de Lei Complementar (PLC) 12/2024, que visa regulamentar o transporte de bens e de pessoas por intermédio de plataformas digitais.

Segundo Silva (2018), a Reforma Trabalhista ainda fragilizou a Justiça do Trabalho, especialmente na análise pelos/as magistrados/as sobre o conteúdo de normas coletivas contrárias aos direitos humanos e por restrições à capacidade dos tribunais de interpretar e estabelecer jurisprudência. Ainda, essa autora expõe as chantagens institucionais que magistrados/as trabalhistas foram expostos/as, as quais vão desde ameaças de extinção da instituição até a instauração de processos administrativos disciplinares caso exerçam seu poder para contestar normas inconstitucionais ou para respeitar convenções internacionais ratificadas pelo Brasil.

A preocupação acerca das limitações impostas à competência da Justiça do Trabalho, reflexos da Reforma Trabalhista, foi objeto do 19º Congresso Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (XIX CONAMAT), ocorrido em Belo Horizonte (MG), em maio 2018. Nesse evento, ficaram registradas as teses do dever do/a magistrado/a de interpretar as modificações introduzidas pela lei de forma sistemática e finalística, conforme a Constituição, e do/a juiz/a do trabalho observar os direitos e garantias fundamentais como o patamar mínimo entre o negociado e legislado (Feliciano, 2018).

2. Justiça do Trabalho: lógicas de fechamento versus lógicas de abertura

Adalberto Cardoso, no prefácio da obra organizada por Dutra e Machado (2021), vê o Supremo Tribunal Federal como um ator político central na construção de uma jurisprudência trabalhista da Reforma. Na coletânea citada, “Trabalho em Transe”, Renata Dutra (2023) reafirma uma linha temporal dessa atuação política do STF.

Primeiramente, os/as ministros/as sinalizaram ao ambiente político que atuariam modificando as súmulas do Tribunal Superior do Trabalho (TST) em temas que, mais tarde, seriam objeto da Reforma da Trabalhista, que incorporaria ao ordenamento sentidos justamente contrários

a tais súmulas. Aqui tem-se como exemplo a decisão do ministro Gilmar Mendes que, em 2016, na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 323, concedeu liminar para suspender processos em curso na Justiça do Trabalho que versassem sobre a ultratividade de normas coletivas. Em 2017, a Reforma além de não permitir a duração de acordos e convenções coletivas superior a dois anos, vedou expressamente a sua ultratividade. Em 2022, a Corte declarou a inconstitucionalidade da Súmula 277 do TST, que tratava disso..

Após a Reforma Trabalhista, o STF confirmou mudanças institucionais centrais como o fim da contribuição sindical obrigatória (Ação Direta de Constitucionalidade (ADI) 5794), a licitude da terceirização para atividades-fim (ADPF 324 e Recurso Extraordinário (RE) 958.252), o que visou afastar o entendimento consolidado do TST que permitia terceirização apenas em atividades-meio, e a constitucionalidade do contrato intermitente (ADI 5826, 5829 e 6154). Em 2024, no Tema 1046, a Corte fixou que “são constitucionais os acordos e as convenções coletivos que, ao considerarem a adequação setorial negociada, pactuam limitações ou afastamentos de direitos trabalhistas, independentemente da explicitação especificada de vantagens compensatórias, desde que respeitados os direitos absolutamente indisponíveis” (grifo nosso). As implicações desse Tema devem ser pesquisadas, mas há a possibilidade de formação de precedentes na Justiça do Trabalho que simplesmente cancelam instrumentos coletivos que negociam a diminuição de direitos nos itens permitidos pela própria lei, como o pacto quanto à jornada de trabalho, teletrabalho, plano de cargos e salários, remunerações, representação de trabalhadores/as no local de trabalho, enquadramento de insalubridade, dentre outros. Há, portanto, categorias mais fragilizadas que podem ter direitos rebaixados em negociações coletivas realizadas dentro de um ambiente institucional que, a pretexto de fomentá-las, confere poderes muito maiores aos/às empregadores/as, a exemplo do fim da ultratividade e de uma sistemática de negociado sobre o legislado que piora condições de trabalho, ao invés de incentivar a manutenção e criação de novos direitos. O peso da individualização das relações de trabalho, que já era nítido na regulação da Reforma, se manteve na pandemia com a legislação que determinava o afastamento dos sindicatos de grande parte dos acordos sobre redução e suspensão do trabalho, a qual foi confirmada pelo STF em sua decisão sobre a Medida Provisória (MP) 936.

Embora mais recentemente o STF tenha produzido decisões pontuais mais favoráveis, como a constitucionalidade das contribuições assistenciais para todos/as os/as empregados/as ou a afirmação da intervenção sindical prévia como imprescindível para a dispensa em massa de trabalhadores/as, não se pode olvidar que isso aconteceu depois de anos após a Reforma, em um cenário no qual os efeitos da fragilidade sindical já se faziam evidentes. Para além dos prejuízos para os direitos e os sindicatos, a atuação do Supremo tem causado dificuldades para as possibilidades hermenêuticas transformadoras e democráticas na Justiça do Trabalho abertas com a Constituição de 1988.

A estratégia processual utilizada pelas empresas no uso da Reclamação Constitucional contra decisões da Justiça do Trabalho tem sido notada, principalmente, pelo Núcleo de Extensão e Pesquisa “O Trabalho Além do Direito do Trabalho”, coordenado pelo Prof. Guilherme Feliciano, em conjunto com a Associação Nacional dos Magistrados do Trabalho, em nota técnica que aponta para o uso dessas reclamações sem o esgotamento processual na Justiça do Trabalho (NTADT/AMANATRA, 2024).

A decisão do STF sobre a licitude da terceirização e, em uma linha interpretativa extensiva, da valorização da livre iniciativa e do que alguns/as ministros/as chamam de novas formas contratuais legítimas tem sido afirmada nessas reclamações para afastar as decisões da Justiça do Trabalho de reconhecimento do vínculo empregatício, incluindo em empresas-plataforma. Com isso, diferentes categorias têm perdido direitos básicos da condição assalariada e a chamada “pejotização” tem começado a ganhar corpo institucional. Portanto, a atuação do Supremo tem ajudado a desconstruir a proteção constitucional das relações salariais base da democracia.

A ideia de Dukes e Streeck (2023), aqui referenciada, de uma “pseudopaz” no mercado de trabalho, oriunda de uma governança privada de suas relações, em detrimento das proteções coletivas, aparece de forma nítida em discursos de ministros/as do STF. Como exemplo dessa ideia de que na nova economia não haveria mais conflitos a serem expressos tem-se a fala de Gilmar Mendes, nos autos da ADI 5685 (cujo pedido foi a declaração de inconstitucionalidade da lei da terceirização), registrada por Grillo, Artur e Pessanha (2023, p. 10) de que “(...) um desequilíbrio entre posições jurídicas que não mais se sustenta, pois, a própria premissa de submissão da mão de obra ao capital merece ser revista”. Diante desse quadro, as lógicas de fechamento institucional para expressão dos conflitos de classe parecem se sobrepor às de abertura para suas demandas.

Pode-se considerar positiva a abertura institucional para o uso de convenções internacionais do trabalho para afirmar direitos fundamentais ou mesmo a instauração, pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) com a Justiça do Trabalho, de um conjunto de protocolos sobre julgamento com perspectiva de gênero e raça. No entanto, há que se registrar que o mesmo CNJ tem resolvido, administrativamente, através de resolução, que “Os acordos extrajudiciais homologados pela Justiça do Trabalho terão efeito de quitação ampla, geral e irrevogável, nos termos da legislação” (Brasil, 2024), numa clara tentativa de gestão de afastamento institucional dos conflitos, dentro de uma sociedade marcada pelas desigualdades.

3. Gerenciamento algorítmico e maximização do poder do/a empregador/a no contexto pós-Reforma

Para Kahn-Freund (1983), o direito do trabalho tem como função a composição de um contrapeso decorrente do reconhecimento de uma desigualdade do poder nas relações de trabalho, o que permite, portanto, regular e, de certa forma, restringir o poder do/a empregador/a. Contudo, a mera existência de uma legislação protetora não é capaz de lhe conferir efetividade, o que implica, por sua vez, em reconhecer a importância da organização coletiva dos/as trabalhadores/as. Desse modo, a atuação coletiva de trabalhadores/as organizados/as é determinante para o fortalecimento do Direito do Trabalho e, conseqüentemente, para a redução das desigualdades na relação de trabalho, a democratização das relações laborais e a atenuação do poder do/a empregador/a.

Nas demais partes dessa nota de pesquisa, foram discutidos elementos que acentuam o desequilíbrio das fontes de poder em detrimento dos atores coletivos obreiros, para além da destruição da legislação protetiva. Portanto, ao se analisar esse problema sob a ótica de que a relação de trabalho é uma relação de poder é possível afirmar que há uma maximização do poder do/a empregador/a em desfavor não somente do/a empregado/a, mas do próprio Direito do Trabalho pela diminuição das suas funções e do seu potencial de atuação como contrapoder (Grillo, Artur e Pessanha, 2023; Grillo, 2024). Desse modo, um caminho de reconstrução perpassa as esferas da recomposição da legislação protetiva, na mesma medida em que se deve buscar recompor direitos sindicais, tais como garantias que permitam o controle, o limite e a redução do poder do/a empregador/a.

Em diálogo com discussões mais modernas no campo de trabalho e tecnologia, como a respeito da plataformização do trabalho e a inteligência artificial, é possível observar problemas de construção da legislação protetiva e a carência de meios de limitação do poder empregatício e fortalecimento da ação coletiva. Atualmente, para além das entrevistas, o esforço na construção de resultados dessa pesquisa está no mapeamento da atuação de atores do mundo trabalho na busca da democratização em espaços de atuação diversos (Artur, Freitas e Ramos, 2025a). Faz-se um diálogo com a literatura atual sobre o tema, como Rogers (2023) que trata sobre as condições precárias de trabalho, o rigor dos instrumentos de controle e a exclusão de direitos de participação no trabalho regido por algoritmo, o que afeta de sobremaneira a democracia no âmbito das relações de trabalho. Em sentido semelhante, Todolí Signes (2023, 2024) denuncia como o uso de sistemas automatizados na tomada de decisão maximiza o poder empregatício e reduz as proteções legais, o que se busca alguma superação pela afirmação de um caráter coletivo à autodeterminação informacional.

No plano brasileiro, sob o prisma regulatório, esse processo está marcado por um conflito que se protraí no tempo em esferas diversas sem o devido equacionamento, principalmente pela carência de práticas negociais. Por isso, mesmo quando se tenta construir um espaço de diálogo social coordenado para fins regulatórios com a participação de atores sociais diversos, como no Projeto de Lei Complementar 12/2024, ele se demonstra insuficiente, refletindo diretamente em seu resultado que está: i) esvaziado em conteúdo protetivo; ii) não faz direcionamento para o controle do poder das plataformas e seu gerenciamento algorítmico; e, por fim, iii) não reconhece um espaço adequado para o fortalecimento da ação coletiva de trabalhadores/as organizados/as. Ademais, essa matéria sofreu ampla judicialização, resultante no Tema 1291 do STF, com repercussão geral, que, embora ainda não tenha uma decisão, remete ao órgão a análise do reconhecimento do vínculo entre motorista de aplicativo e a plataforma. No que tange à inteligência artificial, ainda, trata-se de discussão mais ampla situada no âmbito do Projeto de Lei (PL) 2.338/2023, na qual as relações de trabalho são apenas um de seus recortes, padecendo dos mesmos vícios de esvaziamento de conteúdo protetivo, dos instrumentos de controle do poder do/a empregador/a e um espaço deficitário para o fortalecimento das relações coletivas de trabalho.

São urgentes, portanto, propostas políticas que busquem um quadro legal de real fortalecimento da negociação coletiva, de ampliação de direitos para todos/as os/as trabalhadores/as, de concertação social e de fortalecimento das instituições do trabalho. As oportunidades de participação dos sindicatos nos planos de igualdade nas empresas, trazidas pela Lei 14.611/2023, e de construção de regras para que os/as trabalhadores/as tenham real autonomia na condução das mudanças tecnológicas não podem ser dispensadas se o objetivo for a superação do mercado autorregulado e a garantia de segurança e liberdade para todos

Referências bibliográficas

- ARTUR, K; FREITAS, L. B. de; RAMOS, J. F. Algoritmos, trabalho e espaços normativos: reequilíbrio do poder para a democracia do trabalho. *Mediações*, no prelo, 2025a.
- _____. Regulação da inteligência artificial no Brasil e caminhos de resistências democráticas de atores do trabalho. *XIX Encontro Nacional da ABET*, no prelo, 2025b.
- AYERS, A. J.; SAAD-FILHO, A.. O crepúsculo da democracia formal: contradições da acumulação e a crise política do neoliberalismo. In: SINGER, A.; ARAÚJO, C.; RUGITSKY, F. (orgs). *O Brasil no inferno global: capitalismo e democracia fora dos trilhos*. São Paulo: FFLCH/USP, 2022, p. 81-118.
- BRAGA, R.; SANTOS, D. Os sentidos do uberismo: juventude e plataformização do trabalho na cidade de São Paulo durante a pandemia. In: SINGER, A.; ARAÚJO, C.; RUGITSKY, F. (orgs). *O Brasil no inferno global: capitalismo e democracia fora dos trilhos*. São Paulo: FFLCH/USP, 2022, p. 293-320.
- BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. *Resolução nº 586, de 30 setembro de 2024*. Dispõe sobre métodos consensuais de solução de disputas na Justiça do Trabalho. Brasília: CNJ, 2024.
- CARDOSO, A. M. *A construção da sociedade do trabalho no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 2010.
- _____. *A Trama da Modernidade: Pragmatismo Sindical e Democratização no Brasil*. Rio de Janeiro: Revan, 1999.
- CARDOSO, A. M.; SANTOS, F.; CRIVELLI, E. *Trabalho em Transe: raízes e efeitos políticos das mudanças no mundo do trabalho no Brasil*. São Paulo: Editora Contracorrente, 2023.
- DUKES, R.; STREECK, W. *Democracy at work: Contract, Status and Post-Industrial Justice*. Cambridge: Polity Press, 2023.
- DUTRA, R.; MACHADO, S. (Coord.). *O Supremo e a Reforma Trabalhista: a construção jurisprudencial da Reforma Trabalhista de 2017 pelo Supremo Tribunal Federal*. Porto Alegre: Editora Fi, 2021.

- FELICIANO, G. G. Os juízes do trabalho e a reforma trabalhista: primeiros horizontes de consenso. *Revista de Direito do Trabalho*, v. 193, p. 159-179, 2018.
- GALVÃO, A. Deslegitimado pela lei, abandonado pela base? Repercussões da reforma trabalhista sobre o movimento sindical. *Associação Brasileira de Estudos do Trabalho*, 2025. Disponível em: <https://abet-trabalho.org.br/deslegitimado-pela-lei-abandonado-pela-base/>.
- _____. Reforma trabalhista: efeitos e perspectivas para os sindicatos In: José Dari Krein et al., (Org.) *Reforma trabalhista no Brasil: promessas e realidade*. Campinas: Curt Nimuendajú, 2019, p. 199-223.
- GALVÃO, A.; KREIN, J. D. A contrarreforma trabalhista e a fragilização das instituições públicas do trabalho. *Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região*, v. 53, p. 89-106, 2018.
- GALVÃO, A. ; CASTRO, B.; KREIN, J. D.; TEIXEIRA, M. O. Reforma Trabalhista: precarização do trabalho e os desafios para o sindicalismo. *Caderno CRH*, Salvador, v. 32, n. 86, p. 253-269, maio/ago. 2019.
- GALVÃO, A.; MARCELINO, P. The Brazilian Union Movement in the Twenty-first Century: The PT governments, the Coup, and the Counterreforms. *Latin American Perspectives*, v. 47, p. 84-100, 2020.
- GRILLO, S. Control empresarial y nuevas tecnologías en Brasil. In: Maria Jose Romero Rodenas; Amparo Merino Segovia. (Org.). *Las nuevas fronteras del poder de dirección y control del empresario en la transición digital*. Albacete: Bomarzo, 2024, v. 1, p. 229-243.
- GRILLO, S.; ARTUR, K.; PESSANHA, E. . Direito do Trabalho e Supremo Tribunal federal: embates entre a regulação jurídica de mercado e a justiça social. *Revista de Direito do Consumidor*, v. 147, 2023, p. 195-224.
- KAHN-FREUND, O. *Labour and the law. (Hamlyn lecture series)*. 3. ed. London: Stevens [u.a.], 1983.
- KREIN, J. D.; ABÍLIO, L.; FREITAS, P.; BORSARI, P.; CRUZ, R.. Flexibilização das relações de trabalho: insegurança para os trabalhadores. In: KREIN, J. D. ; GIMENEZ, D.; SANTOS, A. (Orgs.), *Dimensões críticas da reforma trabalhista*. Campinas: Ed. Curt Nimuendajú, p. 95-122, 2018, p. 95-122.
- KREIN, J. D.; TEIXEIRA, M. O. . O avanço das formas de contratação flexíveis. In: KREIN, J. D.; TEIXEIRA, M. O.; MANZANO, M.; P. (Org.). *O Trabalho Pós-reforma Trabalhista (2017)*. 1ed.Campinas: CESIT-Unicamp e REMIR Trabalho, 2021, v. 1, p. 150-186.

- NTDAT/USP (Núcleo de Extensão e Pesquisa “O Trabalho Além do Direito do Trabalho”) e ANAMATRA (Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho). *Nota Técnica relativa ao convênio NTADT – ANAMATRA*. *Nota Técnica N.º 1/2024*. 25 de abril de 2024. Disponível em: https://www.anamatra.org.br/images/DOCUMENTOS/2024/2%C2%BA%20Relat%C3%B3rio_NTADT_Anamatra_-_2024.pdf. Acesso em 17 jan. 2025.
- OLIVEIRA, R. V.. Capitalismo de Plataforma e Processo de Informalização no Brasil: Pontos para Debate. In: CARDOSO, A. M.; SANTOS, F.; CRIVELLI, E. *Trabalho em Transe: raízes e efeitos políticos das mudanças no mundo do trabalho no Brasil*. São Paulo: Editora Contracorrente, 2023.
- ROGERS, B. *Data and democracy at work: advanced information technologies, labor law, and the new working class*. Cambridge: MIT Press, 2023.
- SILVA, S. G. C. L. da. Le Brésil des réformes du travail et l’institutionnalisation de la précarité. *Ideas*, v. 1, p. 2224, 2017.
- SINGER, A.; ARAÚJO, C.; RUGITSKY, F. (orgs). *O Brasil no inferno global: capitalismo e democracia fora dos trilhos*. São Paulo: FFLCH/USP, 2022.
- TODOLÍ SIGNES, A. *Algoritmos productivos y extractivos: cómo regular la digitalización para mejorar el empleo e incentivar la innovación*. Navarra, España, Aranzadi, 2023.
- _____. Democracia en el trabajo y codeterminación ante el uso de la IA em la empresa: algo más que negociar el algoritmo. *Revista Crítica de Relaciones de Trabajo*, Murcia, n. 2, p. 229-250, 2024.

